



CICP

**Resumos das comunicações
Book of abstracts**

FICHA TÉCNICA

Título // Title

Resumos das Comunicações do V Congresso Internacional de Contabilidade Pública.
Contabilidade Pública e *Accountability*: Desafios e Oportunidades Globais

Book of Abstracts For The V Public Sector Accounting International Congress. Public
Sector Accounting And *Accountability*: Global Challenges And Opportunities

ISBN: 978-989-35124-1-8

Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, março 2026

Impresso por Grafivedras Artes Gráficas Lda, em março 2026

ÍNDICE GERAL

Áreas temáticas	3
Apresentação	5
Editorial (português)	7
Editorial (english)	9
Índice resumos das comunicações	11
Resumos das comunicações.....	15
Comissões organizadora e científica.....	89

ÁREAS TEMÁTICAS

- A. História da contabilidade pública.
- B. Educação e investigação da contabilidade pública.
- C. Contabilidade pública para a criação de valor público.
- D. Relato financeiro do setor público.
- E. Novas ferramentas e tecnologias digitais para fins de contabilidade pública, relato e auditoria.
- F. Tomada de decisão em políticas públicas e utilização e / ou utilidade da informação produzida pela contabilidade pública.
- G. Apoio da digitalização à utilização da informação da contabilidade pública para fins de *accountability* e tomada de decisão.
- H. Novas tendências e formas inovadoras de relato para fins financeiros e de sustentabilidade.
- I. Utilização de *big data* na gestão e no relato do setor público.
- J. Utilização da contabilidade de acréscimo e da informação da contabilidade de sustentabilidade pelos stakeholders.
- K. Relato de sustentabilidade através da adoção de tecnologia e digitalização.
- L. Auditoria pública.
- M. Contabilidade e controlo de gestão.
- N. *Public governance*.
- O. Gestão pública e organizações.
- P. Normas de contabilidade pública.
- Q. Normas de contabilidade e relato para o setor não lucrativo.
- R. Outros tópicos de contabilidade e auditoria do setor público.
- S. Projeto de investigação.
- T. Sessão aberta (outros tópicos).



APRESENTAÇÃO

É do dinamismo dos centros de saber e do volume de produção científica que reside boa parte do progresso e desenvolvimento das nações. Sendo a contabilidade pública um pilar fundamental para que a administração e as instituições do Estado, de uma forma geral, recuperem o seu crédito e a sua confiança aos olhos dos cidadãos, a proximidade entre a academia e a prática profissional assume uma especial relevância.

O V Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP), em Mirandela, é mais uma etapa nesse processo de consolidação. «Contabilidade e Accountability: desafios e oportunidades globais», é o tema proposto pelos organizadores, a Ordem dos Contabilistas Certificados e a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança (ESACT-IPB).

Este evento tem a particularidade de se realizar, pela primeira vez, no interior do país, na bela cidade de Mirandela. Será no nordeste transmontano que congressistas de países tão diversos como Portugal, Espanha, Itália, Brasil, Austrália, Alemanha, Moçambique e São Tomé e Príncipe, vão debater e partilhar novas tendências no âmbito da contabilidade pública.

A contabilidade pública é uma área em expansão e que carece de profissionais qualificados, e esses só podem ser os contabilistas certificados. Este evento pretende reforçar essa mensagem e também que, enquanto país, como um todo, teremos de continuar a trilhar o caminho do rigor e das boas contas públicas.

A prova de que o interesse por esta área está em crescimento (e não apenas em Portugal) está patente no número de resumos das comunicações aceites que apresentamos nas páginas seguintes: cerca de oito dezenas, o que comparativamente com a edição transata realizada, em 2024, em Leiria, representa praticamente o dobro.

Estou, pois, confiante, que este V CICP irá contribuir para estimular a investigação, com vista ao desenho e apresentação das melhores soluções, reforçando-se como um fórum nacional e internacional de debate da contabilidade pública.

Desejo a todos os congressistas um bom trabalho.

Paula Franco

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados



Num contexto global marcado por profundas transformações económicas, sociais, tecnológicas e ambientais, a contabilidade pública assume um papel cada vez mais central na promoção da transparência, da *accountability* e da confiança nas instituições públicas. As crescentes exigências dos cidadãos, dos decisores e das diversas partes interessadas colocam novos desafios à forma como as administrações públicas gerem os recursos financeiros e prestam contas da sua atuação, reforçando a importância de sistemas de informação contabilística robustos, transparentes e orientados para o apoio à decisão.

Nas últimas décadas, a contabilidade pública tem evoluído significativamente, acompanhando processos de modernização administrativa, reformas institucionais e esforços de harmonização internacional. A adoção de referenciais como as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), bem como o desenvolvimento de novos modelos de gestão financeira pública, têm contribuído para melhorar a qualidade, a comparabilidade e a utilidade da informação financeira no setor público. Contudo, os desafios atuais ultrapassam a dimensão estritamente financeira, exigindo sistemas de informação capazes de integrar dimensões económicas, sociais e ambientais da atividade das entidades públicas e de apoiar processos de decisão cada vez mais complexos.

Neste enquadramento, a contabilidade pública tem vindo a afirmar-se não apenas como um instrumento técnico de registo e reporte, mas também como um mecanismo fundamental de governação pública, avaliação do desempenho e criação de valor público. Tendências emergentes como o relato integrado, o relato de sustentabilidade no setor público, a utilização de tecnologias digitais e a análise avançada de dados na gestão financeira pública estão a redefinir o papel da contabilidade pública, ampliando o seu contributo para a transparência, a *accountability* e a tomada de decisão.

É neste contexto que o V Congresso Internacional de Contabilidade Pública (V CICP), subordinado ao tema “Contabilidade Pública e *Accountability*: Desafios e Oportunidades Globais”, se afirma como um espaço privilegiado de reflexão científica e de partilha de conhecimento entre académicos, investigadores e profissionais. O Congresso pretende promover uma reflexão crítica sobre os desafios presentes da contabilidade pública, destacando a importância da investigação científica na compreensão das transformações institucionais, organizacionais e tecnológicas que moldam os sistemas de gestão financeira pública.

O programa científico integra sessões plenárias com especialistas de reconhecido mérito internacional e nacional, dedicadas à análise de alguns dos principais desafios atuais da contabilidade pública. Entre os temas em debate destacam-se a evolução dos sistemas de contabilidade e relato no setor público, as crescentes exigências de transparência e prestação de contas na gestão dos recursos financeiros, bem como os impactos da inovação tecnológica e das preocupações com a sustentabilidade na gestão financeira das entidades

públicas. Neste contexto, será igualmente objeto de reflexão a questão central da relação entre Contabilidade Pública e Contabilidade Empresarial, debatendo-se se a sua evolução aponta para uma convergência técnica ou se subsistem diferenças estruturais que justificam uma divergência necessária entre os dois domínios contabilísticos.

Paralelamente, as sessões paralelas constituem um espaço privilegiado para a apresentação e discussão de investigação recente nas diversas áreas da contabilidade pública. Os trabalhos submetidos abordam temas como a história, educação e investigação em contabilidade pública, a criação de valor público, o relato financeiro e de sustentabilidade no setor público, bem como a utilização de tecnologias digitais, *big data* e processos de digitalização aplicados à contabilidade, relato e auditoria. Incluem-se ainda contributos nas áreas da auditoria pública, contabilidade e controlo de gestão, normas de contabilidade pública e de relato para o setor não lucrativo, *public governance* e gestão pública.

O Congresso incentiva igualmente a participação de jovens investigadores, nomeadamente através da realização de um workshop de investigação, concebido como um espaço de partilha, discussão e desenvolvimento de trabalhos em curso, promovendo o diálogo científico e a articulação entre investigação académica e prática profissional no domínio da contabilidade pública.

Espera-se que o V Congresso Internacional de Contabilidade Pública constitua um fórum estimulante de debate científico e um espaço de construção de novas agendas de investigação, contribuindo para o avanço do conhecimento e para o fortalecimento da contabilidade pública enquanto instrumento essencial de transparência, *accountability* e criação de valor público.

Ao promover o diálogo entre investigação académica e prática profissional, o Congresso pretende contribuir para o desenvolvimento de novas agendas de investigação e para o reforço do papel da contabilidade pública na promoção de uma governação mais transparente, orientada para a criação de valor público e para a utilidade da informação produzida pelos sistemas de contabilidade pública no apoio à tomada de decisão e à *accountability*.

Por fim, é devido um agradecimento especial a toda a Comissão Científica, bem como à Comissão Organizadora do V CICP e a todos os colaboradores da Ordem dos Contabilistas Certificados, cujo empenho e dedicação tornam possível a realização deste Congresso, que tem vindo a afirmar-se como um espaço relevante de encontro, reflexão e partilha de conhecimento para a comunidade académica e profissional no domínio da contabilidade pública.

A Presidente da Comissão Científica

Sónia Nogueira

UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

In a global context marked by profound economic, social, technological, and environmental transformations, public sector accounting is increasingly central to promoting transparency, accountability, and trust in public institutions. Growing demands from citizens, policymakers, and a wide range of stakeholders pose new challenges for how public administrations manage financial resources and account for their activities, underscoring the importance of robust, transparent, and decision-oriented accounting information systems.

Over the past decades, public sector accounting has evolved significantly, accompanying processes of administrative modernization, institutional reforms, and international harmonization efforts. The adoption of frameworks such as the International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), along with the development of new public financial management models, has improved the quality, comparability, and usefulness of financial information in the public sector. However, current challenges go beyond the strictly financial dimension, requiring information systems capable of integrating the economic, social, and environmental dimensions of public entities activities and supporting increasingly complex decision-making processes.

Within this framework, public sector accounting has increasingly been recognized not only as a technical tool for recording and reporting, but also as a key mechanism for public governance, performance evaluation, and public value creation. Emerging trends such as integrated reporting, sustainability reporting in the public sector, the use of digital technologies, and advanced data analytics in public financial management are redefining the role of public sector accounting, expanding its contribution to transparency, accountability, and informed decision-making.

It is within this context that the 5th Public Sector Accounting International Congress (5th CICP), held under the theme “Public Sector Accounting and Accountability: Global Challenges and Opportunities” establishes itself as a privileged space for scientific reflection and knowledge sharing among academics, researchers, and practitioners. The Congress aims to foster critical reflection on the contemporary challenges of public sector accounting, highlighting the importance of scientific research in understanding the institutional, organizational, and technological transformations shaping public financial management systems.

The scientific programme includes plenary sessions featuring internationally and nationally renowned experts dedicated to analysing key contemporary challenges in public sector accounting. Topics under discussion include the evolution of accounting and reporting systems in the public sector, the growing demand for transparency and accountability in the management of financial resources, and the impacts of technological inno-

vation and sustainability concerns on the financial management of public entities. In this context, particular attention will also be given to the central debate concerning the relationship between Public Sector Accounting and Business Accounting, exploring whether their evolution points towards technical convergence or whether structural differences justify a necessary divergence between the two accounting domains.

In parallel, the parallel sessions provide a valuable forum for the presentation and discussion of recent research in various areas of public sector accounting. Submitted papers address topics such as the history, education, and research of public sector accounting, public value creation, financial and sustainability reporting in the public sector, as well as the use of digital technologies, big data, and digitalization processes applied to accounting, reporting, and auditing. Contributions are also welcomed in areas such as public auditing, management accounting and control, public sector accounting standards and reporting standards for the non-profit sector, public governance, and public management.

The Congress also encourages the participation of early-career researchers, particularly through the organization of a research workshop, designed as a space for sharing, discussing, and developing work in progress, thereby promoting scientific dialogue and strengthening the connection between academic research and professional practice in the field of public sector accounting.

It is expected that the 5th Public Sector Accounting International Congress will provide a stimulating forum for scientific debate and a platform for developing new research agendas, contributing to the advancement of knowledge and to the strengthening of public sector accounting as a key instrument for transparency, accountability, and public value creation.

By fostering dialogue between academic research and professional practice, the Congress seeks to contribute to the development of new research agendas and to reinforce the role of public sector accounting in promoting more transparent governance, oriented towards public value creation and towards the effective use of information produced by public sector accounting systems in supporting decision-making and accountability.

Finally, special thanks are due to the entire Scientific Committee, as well as to the Organizing Committee of the 5th CICP and all collaborators of the Order of Certified Accountants, whose commitment and dedication make the organization of this Congress possible. The Congress has increasingly established itself as a relevant platform for meetings, reflection, and knowledge sharing for the academic and professional community in the field of public sector accounting.

President of the Scientific Committee

Sónia P. Nogueira

UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

ÍNDICE RESUMOS

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Public Debt in the Brazil and the Fiscal Responsibility Law: An Analysis of Fiscal Sustainability	Carina Carvalho de Amorim; Isaías Lopes da Cunha; Eldys Silva Valadão; Francielle da Silva Oliveira; Julia Assad Antunes; Paulo Sérgio Almeida-Santos	17
A Nova Lei de Licitações e o Desafio da Maturidade Institucional: Do Controle Formal à Gestão Estratégica	Carina Carvalho de Amorim; Sidney Ferreira da Costa; Francielle da Silva Oliveira; Eldys Silva Valadão; Julia Assad Antunes; Paulo Sérgio Almeida-Santos	18
Um Pé em cada Canoa: Divulgação de Valores Público e Privado por Organizações Híbridas de Utilidade Pública Brasileiras	Joelma Viviane de Paula Mendes; Henrique Portulhak	19
Determinantes do Valor Público Criado pelos Países: Uma Análise de Fatores Econômicos, Fiscais e de Governança	Gabriel de Vasconcelos Rosa; Henrique Portulhak; Cláudio Marcelo Edwards Barros	20
O Balanced Scorecard como ferramenta de Gestão Estratégica nos Recursos Humanos: Um Estudo de Caso numa Fundação de Solidariedade Social	Patrícia Quesado; Clara Branco	21
Factors Influencing the Usefulness of Financial Reporting Information in Portuguese Local Governments	Susana Jorge; Joana Caetano; Sónia P. Nogueira	22
The Effect of Governance Structures on Prudent Financial Reporting of Portuguese Hospitals	Cláudia Pereira; Armino Lima; Luís Gomes; Rui Bertuzi	23
Public Spending Efficiency, Trust and Growth in Western Europe	Maria Elisabete Neves; Gonçalo Ilharco	24
Proposta de Balanced Scorecard para uma Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros	Patrícia Quesado; Marco Rodrigues	25
Fiscal Illusion and Municipal Financial Condition: Evidence from Italy and Portugal	Filippo Di Lucia; Susana Jorge; Sebastiano Torcivia	26
Reconhecimento e Mensuração dos Ativos não Correntes Municipais: O caso Português	Susana Rua	27
Fatores Políticos e Despesa com o Pessoal nas Autarquias Locais em Portugal	Maria Carneiro Tomé; Amélia Pires; Paula Odete Fernandes	28
Ciclos Eleitorais, Ideologia Política e Sustentabilidade Financeira nas Autarquias Portuguesas	Maria Carneiro Tomé; Amélia Pires; Paula Odete Fernandes	29
Transparência Digital na Saúde Pública: Avaliação dos Websites dos Hospitais Portugueses	Carlos Nunes; Patrícia Gomes; Santana Fernandes	30
Transparency, Financial Condition, and Financial Sustainability: Empirical Evidence from Portuguese Municipalities	Lara Baião; Susana Jorge; Pedro Cerqueira	31
Unequal Demands and Possibilities for Public Accountability: Drivers of Digital Disclosure by Portuguese Small-City Governments	Patrícia Gomes; Budding Tjerk	32

Título da Comunicação	Autores	Pág.
The Role of the Teacher in the 21st Century and the Paths for the Future of Higher Education	Maria da Conceição Marques	33
Quality of Strategic Financial Planning Information and Municipal Public Expenditure Effectiveness: Evidence from Portugal	Sandra Matos	34
Sustainability Reporting in Higher Education Institutions: Insights from a Case Study	Bruna Fernandes; Lídia Oliveira; Ana Caria	35
Costing and Activity-Based Cost Management: The Case of a Public University Canteen In Portugal	Joaquim Leite; Cecília Carmo; Admilza Martins	36
Annual Budget Planning and Public Financial Management: Governance, Performance, and Accountability in the Portuguese Public Sector	Rosário Alves; Miguel Lira; Sandra Matos	37
Da Contabilidade de Acréscimo à Accountability Pública: Uma Análise Bibliométrica da Gestão de Resultados	Marta Costa; Maria Tavares; Graça Azevedo	38
O Business Intelligence como Potenciador da Contabilidade Pública e da Accountability Municipal	Carlos Santos; Augusta Ferreira	39
Determinants of Disclosure in Matters of Social and Environmental Responsibility: The Case of Portuguese Municipalities	Augusta Ferreira; Helena Inácio; Beatriz Dinis	40
Fiscal Distress e Recuperação Municipal em Portugal: Uma Análise Multidimensional dos Municípios Aderentes ao FAM (2016 – 2024)	Rita Almeida Silva; Miguel Almeida	41
Transparência e Accountability na Contabilidade Pública do Ensino Superior: Uma Revisão Narrativa da Literatura sobre Divulgação de Informação Financeira	Estevão Júnior; Maria Tavares	42
The Implementation of the Public Sector Accounting Standardization System in Integrated Services: Between Normative Isomorphism and the Reality of (Un)Certification of Accounts	Mário Guedelha Guedelha; Carlos Coelho; Antonino Ferreira; Jorge Santos; Luis Malheiro; Pedro Marques; José Jesus; Rui Martins	43
Fragilidade Financeira e Risco de Insolvência de Caixa nos Governos Locais	Aluska Ramos de Lira; Josedilton Alves Diniz	44
Análise Crítica dos Fundamentos da Normalização da Contabilidade Pública em Moçambique: Comparação com o Quadro Conceptual das IPSAS	Angelo Macuácuca	45
Relato Financeiro do Setor Público Angolano à Luz das Normas Internacionais de Contabilidade Pública	Ornela Caquehele; Crissolito Inácio	46
The Limits of Legal Audit Certification in the Portuguese Public Sector: Longitudinal Evidence from an Institutional Perspective	Armindo Lima; Filipa Silva; Cláudia Pereira; Fábio Silva	47
Accounting as an Instrument of Rationalisation and Power in the Service of the State: Internal Narratives Leading to the Suppression of the Jesuits	Filipa Silva; Fernanda Leão; Delfina Gomes	48
Institutional Quality and IPSAS Adoption	Michel Cruz; Patrícia Siqueira Varela; Mara Malacrída	49
An Exploratory Framework for Measuring the Levels of Adoption of ESG Principles: The Case of Portuguese Investment Funds	Ricardo de Moraes e Soares; Clara Gariso; Ana Catarina Kaizeler; Mariana Arcanjo	50
A Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Documentos Previsionais dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Nuno Ruivo; Fátima Conde; Miguel Lira	51

Título da Comunicação	Autores	Pág.
A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses e a Qualidade do Relato Financeiro	Paula Farinha; Ricardo Joaquim	52
Artificial Intelligence and Accountability at Local Administration in Portugal	Susana Bastos; Manuel Sá; Teresa Barros; Isabel Maldonado	53
Accountability in Portuguese Municipalities	Sandra Gerales; Lúcia Terêncio Cardoso	54
Regulatory Proportionality and Decoupling in Sustainability Reporting: A Comparative Analysis of CBPS (Brazil) and ESRS/CSRD (European Union)	Umbelina Lagioia; Ruth Araujo; Graça Azevedo; Ana Lúcia Vasconcelos	55
Carbon Emissions Reporting: Measurement Practices and Governance Determinants in Carbon Emissions Disclosure: A Systematic Literature Review Abstract	Pâmela Pasqualin; Cristina Góis	56
Key Audit Matters in a Systemic Crisis Context: Evidence from the Brazilian Airline Industry	Milena Paula Silva; Ana Lúcia Vasconcelos; Umbelina Lagioia; Ana Clara Borrego	57
Fiscal Misinformation, Fake News, and Accountability: Challenges to Tax Transparency in Brazil	Ricardo Marcionilo; Ana Lúcia Vasconcelos; Umbelina Lagioia; Kátia Lemos	58
Quality Of Local Governance	Lúcia Terêncio Cardoso	59
The Influence of Auditors on the Online Disclosure of Financial Information by Portuguese Municipalities	Mariana Nogueira; Kátia Lemos; Sara Serra	60
A Implementação de Sistemas ERP na Gestão dos Ativos Fixos Tangíveis na Administração Local: Um Estudo de Caso no Município de Macedo de Cavaleiros	Elisabete Madeira	61
Instrumentos de Gestão Patrimonial para as Autarquias Locais	Elisabete Gomes; Susana Silva	62
Impacto da Inteligência Artificial no Processo da Auditoria Financeira	Agostinho Aires Pereira; Ricardo São João; Carolina Veiga Branco	63
A Evolução Tecnológica na Auditoria Financeira: Entre o Potencial da IA e a Prática Profissional	Agostinho Aires Pereira; Ricardo São João; Carolina Veiga Branco	64
Convergência Semântica e Fragmentação Operacional na Mensuração da Condição Financeira Municipal: Evidências de Uma Revisão Sistemática da Literatura	Gilderlanio Holanda; Josedilton Diniz; Adriana Rodrigues	65
Portuguese Public Sector Accounting Reform and Politicians: A case of Accounting Language in Central Administration	Renaldo Marques; Sónia P. Nogueira; Luís Viana	66
Fatores Determinantes do Comportamento Inovador dos Profissionais de Controle Externo dos Tribunais de Contas Brasileiros	Flávio Luiz Lara; Fernando de Souza Coelho; Lara Cristina; Francisco de Almeida Fehr	67
Efeito dos Bens de Domínio Público na Qualidade da Informação Financeira dos Municípios Portugueses	Didier Carvalho; Jorge Alves; Nuno Moutinho	68
Proximity-based VET: Evidence from Sewing and Gastronomy Courses in João Pessoa, Brazil	Aluisio Souto; Ana Souto	69
Accrual Budgeting: Institutional Pressures for Adoption and Resistance to Implementation	Bruno Sobreira da Silva; Luís Cracel Viana	70
MEI como Ferramenta de Inclusão Produtiva: Um Estudo com Empreendedores dos Bairros de Mangabeira e Tríncheiras, em João Pessoa - PB	Ana Souto; Aluisio Souto	71

Título da Comunicação	Autores	Pág.
The Financial Performance in Portuguese Private Sector Hospitals: Evidence from a DuPont-Based Analysis Before and During Covid-19	Tiago Fernandes; Alcina Nunes; José Lopes	72
Efeitos da Condição Financeira sobre o Desenvolvimento Sustentável Municipal	Gilderlanio Holanda; Josedilton Diniz; Janiele Ursulino	73
Saúde + João Pessoa: Digitalização da Gestão da Saúde Pública como Instrumento de Accountability e Apoio à Tomada de Decisão no Setor Público	Ana Zaccara; Edvaldo Vieira da Rocha Filho; Lillian dos Santos Carvalho	74
Study on the Monitoring of Corruption Risk Management Plans and Related Offences in Portuguese Public Higher Education	Sara Serra; Sandra Cunha; Luís Melo	75
Budgetary Credibility and Earnings Management: An Exploratory Analysis for Portuguese Municipalities	Jorge Alves; Nuno Moutinho; Carlos Menezes; Alexandra Fontes	76
Revisão Temática da Adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS) nos Países em Desenvolvimento	Clemente Lourenço; Maria Tavares	77
Characteristics of Efficient Merged Public Hospitals	Natália Macedo; Anabela Silva; Amélia Silva	78
Valor Público do Sistema de Informação dos Municípios Portugueses: Big Data aplicada ao Reporte Anual	Rute Abreu; Filipe Caetano; Sara Nunes; Francisco Carreira; Liliane Segura; José-Ángel Pérez-López; Ana Vasconcelos; Abu Naser; Ana Clara Borrego	79
How is Financial Information Used Politically in Italian and Portuguese Municipalities?	Sónia P. Nogueira; Sandro Brunelli; Susana Jorge; Anna Francesca Pattaro	80
Implementação do Balanced Scorecard numa Instituição de Ensino Superior Público: Estudo de Caso do Instituto Politécnico de Bragança	Helena Almada Ribeiro da Silva; Nuno Adriano Baptista Ribeiro; António Borges Fernandes	81
Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Uma abordagem histórica e reflexiva	Jeremias Arraes	82
Digital Transformation in Municipalities and Accountability: Integrating Transparency, Efficiency and Anti-Corruption Mechanisms	Isabel Maldonado; Paulo Pires; Carlos Pinho; Helena Costa Oliveira	83
Accounting on Water and Sustainable Development Goals: How can Management Control Systems help?	Helena Saraiva; Sanjaya Kuruppu; Vítor Manuel de Gabriel; Maria-Ceu Alves	84
Modelo Pay-As-You-Throw na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Andreia Cunha; Líliana Pimentel; Catarina Frade	85
A Mensuração da Sustentabilidade na Contabilidade Pública: Aplicação da NCP 27 do SNC-AP ao Reconhecimento de Ativos e Passivos Ambientais	Ricardo Pinheiro; Carlos Menezes; Carlos Lobo	86
A Resiliência Financeira Governamental: Capacidade de Adaptar-se e Manter a Estabilidade em Tempos de Crise	Liliana Pimentel; Cássio Borges Fernandes; Ricardo Joaquim	87

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

ABSTRACTS



Public Debt in the Brazil and the Fiscal Responsibility Law: An Analysis of Fiscal Sustainability

Carina Carvalho de Amorim
carinacarvalho.a@gmail.com

Isaias Lopes da Cunha
isaia Auditor.mt@gmail.com

Eldys Silva Valadão
eldyssilva@gmail.com

Francielle da Silva Oliveira
drafran.oliveira@gmail.com

Julia Assad Antunes
Juliaassadantunes@gmail.com

Paulo Sérgio Almeida-Santos
paulo.santos@ufmt.br

Abstract

This article analyzes the relationship between public debt in the Brazil and the Fiscal Responsibility Law (LRF), aiming to assess its effectiveness in promoting fiscal sustainability and controlling municipal indebtedness. Drawing on bibliographic and documentary research, the article presents the LRF's role as a fiscal discipline instrument and the limitations observed after more than two decades of implementation, especially in the face of recurring fiscal crises and the need to reinforce the credibility of municipal fiscal policy in the state. It concludes that, although the LRF represents a crucial institutional advance, its isolated impact on public-debt solvency requires supplementation through continuous fiscal-management strategies and a stronger political commitment to the intertemporal balance of accounts.

A Nova Lei de Licitações e o Desafio da Maturidade Institucional: Do Controle Formal à Gestão Estratégica

Carina Carvalho de Amorim
carinacarvalho.a@gmail.com

Sidney Ferreira da Costa
sidneyferreira.adm01@gmail.com

Francielle da Silva Oliveira
drafran.oliveira@gmail.com

Eldys Silva Valadão
eldyssilva@gmail.com

Julia Assad Antunes
Juliaassadantunes@gmail.com

Paulo Sérgio Almeida-Santos
paulo.santos@ufmt.br

Abstract

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - NLLCA) representa um marco regulatório que visa modernizar as contratações públicas no Brasil, promovendo uma transição do foco no controle da legalidade formal para a gestão estratégica, a governança e a eficiência. Este artigo propõe uma análise aprofundada sobre o desafio da maturidade institucional do país para absorver as novas exigências da lei. Utilizando como base o Índice de Maturidade na Implementação da Lei de Licitações (IMIL), desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), demonstra-se que a maioria dos entes públicos ainda se encontra em estágios iniciais de adaptação. A discussão se concentra nos pilares da NLLCA – planejamento (PCA) e profissionalização – e nas implicações da baixa maturidade para a efetividade da norma, concluindo que a superação desse desafio exige um investimento estratégico em capital humano e em instrumentos de governança.

Um Pé em cada Canoa: Divulgação de Valores Público e Privado por Organizações Híbridas de Utilidade Pública Brasileiras

Joelma Viviane de Paula Mendes

joelmavpaula@yahoo.com.br

Henrique Portulhak

henrique.portulhak@ufpr.br

Abstract

As organizações híbridas têm sido objeto de crescente atenção na pesquisa em contabilidade e gestão pública, estando muitas delas envolvidas na prestação de serviços públicos essenciais. A coexistência de distintas lógicas institucionais nestas organizações, como a maximização de lucros e de criação de valor público, pode trazer desafios para os seus processos de divulgação. Esta pesquisa analisou de que forma organizações híbridas brasileiras de utilidade pública têm evidenciado o valor público e privado. Esta investigação abrangeu o relatório integrado relativo ao ano de 2023 de 11 sociedades de economia mista atuantes no setor de energia elétrica e de água e saneamento. Com o apoio do software IRAMUTEQ, efetuou-se uma análise textual desses relatórios, com base na frequência dos termos e conceitos relacionados à divulgação de valor público e à de visão do valor privado. Os resultados revelaram uma distribuição equilibrada na divulgação de valor público e privado, nas companhias e entre os segmentos de atuação, revelando uma hibridização de linguagem em que se combinam elementos da lógica estatal e da lógica de mercado. Uma inclinação favorável à divulgação de valor público contrasta com parte da literatura internacional, que aponta uma divulgação limitada ou simbólica dessa dimensão, o que pode ter sido favorecido pelo modelo de relato integrado.

Determinantes do Valor Público Criado pelos Países: Uma Análise de Fatores Econômicos, Fiscais e de Governança

Gabriel de Vasconcelos Rosa
gabrieldevasconcelosrosa@gmail.com

Henrique Portulhak
henrique.portulhak@ufpr.br

Cláudio Marcelo Edwards Barros
marceloedwards@ufpr.br

Abstract

Este estudo investigou determinantes para a criação de valor público pelos países. Um Índice de Valor Público foi desenvolvido para o estudo, com o emprego de uma análise de componentes principais baseada em variáveis relacionadas ao desempenho de 103 países nos seguintes aspectos: criação de valor econômico, ambiental e social. Uma regressão com dados em painel foi empregada para examinar como fatores econômicos, de governança e fiscais afetam a criação de valor público. O tamanho da população, a liberdade econômica e a complexidade econômica influenciam positivamente a criação de valor público pelos países. A qualidade da governança, a despesa primária e o endividamento não se demonstraram significativas. Esta pesquisa contribui para a mensuração de desempenho ao oferecer um método multidimensional e orientado por dados para medir o valor público em nível nacional, como alternativa às métricas tradicionais de desempenho focadas exclusivamente no crescimento econômico. Também pode contribuir para a gestão pública ao estimular iniciativas que aumentem a liberdade econômica e a complexidade econômica dos países, dado seu importante papel para a criação de valor público nos aspectos econômico, social e ambiental.

O Balanced Scorecard como ferramenta de Gestão Estratégica nos Recursos Humanos: Um Estudo de Caso numa Fundação de Solidariedade Social

Patrícia Quesado

pquesado@ipca.pt

Clara Branco

a18963@alunos.ipca.pt

Abstract

A generalidade das organizações depara-se com diferentes desafios no contexto do seu ambiente, estando expostas a alterações diversas que podem colocar em causa a sua atividade e a sua sustentabilidade. É neste contexto que se assume de particular importância a adoção de ferramentas de contabilidade de gestão que permitam o acesso atempado a informação tendente a auxiliar no processo de tomada de decisões.

Para fazer face à elevada dependência de indicadores financeiros dos sistemas de gestão tradicionais, Kaplan e Norton criaram o Balanced Scorecard (BSC) que permitiu uma visão integrada de toda a organização, incluindo medidas de carácter financeiro e não financeiro e de curto e longo prazo. Este modelo tornou-se uma ferramenta de gestão estratégica de grande sucesso tendo sido, numa fase inicial, desenvolvido para as empresas do setor lucrativo. Posteriormente, o sucesso obtido pelo modelo e a sua adaptabilidade, permitiram a conceção de um modelo que pudesse ser utilizado pelas entidades pertencentes ao setor não lucrativo, tendo em conta as suas especificidades, a orientação para a missão e a priorização da perspetiva dos utentes, passando a perspetiva da sustentabilidade financeira para a base da hierarquia.

Face ao exposto, o presente artigo tem por objetivo principal elaborar uma proposta de implementação do BSC numa entidade do terceiro setor, identificando a sua estratégia, os seus objetivos estratégicos e definindo os indicadores de desempenho, as metas e as iniciativas. Para isso foi seguida uma metodologia de investigação qualitativa e quantitativa, baseada no estudo de caso, privilegiando-se como método principal de recolha de dados a entrevista e os questionários.

Constatou-se a viabilidade da implementação do modelo de BSC nesta instituição e as vantagens que dela decorreriam para si mesma. Realça-se a necessidade de uma definição clara da estratégia como elemento fundamental do modelo e a importância da Gestão de Recursos Humanos no sucesso dessa implementação. A implementação do BSC permite uma adequação dos Recursos Humanos às necessidades da instituição, o seu alinhamento com a estratégia organizacional e a assunção dos objetivos estratégicos da organização como sendo seus.

Factors Influencing the Usefulness of Financial Reporting Information in Portuguese Local Governments

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Joana Caetano

joanactn@gmail.com

Sónia P. Nogueira

sonia@ipb.pt

Abstract

This paper analyses the usefulness of information from financial reporting in the context of Portuguese Local Administration, with a focus on municipalities. The main objective is to understand how internal and external factors influence the perception of the usefulness of this information in the decision-making process. The research was based on a questionnaire to municipal decision-makers; the data analysis involved statistical descriptive and inferential approaches.

It was found that internal factors, such as legal compliance, adequacy of financial reporting and technical knowledge about the Accounting Standardization System for Public Administrations (SNC-AP), and external factors, such as pressure from controlling bodies, significantly influence the perception of usefulness of financial information. The results also showed that the financial and budgetary statements are considered useful and very useful, especially the Income Statement by Nature, for its clarity in the presentation of income and expenses. Additionally, it was statistically confirmed that financial reporting information is effectively used for different types of public decision-making, reinforcing the central role these documents play in municipal governance.

Overall, the usefulness of financial information depends on the interaction between institutional and contingency factors, reinforcing the importance of promoting an organizational culture oriented towards transparency and accountability. Furthermore, financial reporting is effectively considered by municipal users and used to support various types of decisions.

The Effect of Governance Structures on Prudent Financial Reporting of Portuguese Hospitals

Cláudia Pereira
claudiap@iscap.ipp.pt

Armindo Lima
alima@doc.isvouga.pt

Luís Gomes
pgomes@iscap.ipp.pt

Rui Bertuzi
ruisilva@iscap.ipp.pt

Abstract

This study analyses whether public hospitals exhibit more conservative financial reporting than private hospitals, as well as the impact of governance structures on this reporting. While accounting conservatism continues to be valued by stakeholders, investors tend to prefer more neutral reporting. We developed a quantitative analysis to construct a prudence indicator and used econometric regressions estimation with random effects panel data to investigate which governance factors that may affect it, such as public ownership of the hospital, the size of the board of directors, and the gender of the CEO. The empirical evidences provided emphasizes the role of governance structure and the importance of prudent financial reporting for greater transparency and reliability of hospitals, which is essential for decision-making processes in hospital management as well as for external stakeholders, such as the government, creditors, and users.

Public Spending Efficiency, Trust and Growth in Western Europe

Maria Elisabete Neves

mneves@iscac.pt

Gonçalo Ilharco

gilharco@gmail.com

Abstract

This short paper investigates the main drivers of economic growth in Western Europe between 2010 and 2022, with particular emphasis on the efficiency of public spending, consumer confidence and institutional quality. Using a dynamic panel data approach based on the System Generalized Method of Moments (GMM) for 18 Western European countries, the results show that public spending is negatively associated with economic growth, supporting efficiency and crowding-out arguments. In contrast, consumer confidence and lower levels of perceived corruption emerge as robust growth-enhancing factors. Overall, the findings highlight that growth strategies in Western Europe should prioritise institutional quality, credibility and efficient fiscal management rather than expenditure expansion alone.

Proposta de Balanced Scorecard para uma Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros

Patrícia Quesado

pquesado@ipca.pt

Marco Rodrigues

a24277@alunos.ipca.pt

Abstract

Este artigo investiga a aplicação do Balanced Scorecard (BSC), como ferramenta estratégica, na gestão de uma empresa concessionária pública de transporte de passageiros. O objetivo central do trabalho é propor a implementação do BSC, identificando objetivos, indicadores, metas e iniciativas enquadrados nas perspetivas tradicionais do modelo (Financeira, Clientes, Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento). Através de um estudo de caso desenvolvido na Guimabus, uma empresa concessionária de transportes públicos de Guimarães, demonstrou-se a utilidade do BSC como ferramenta de gestão estratégica. Ao incorporar métricas financeiras e não financeiras em quatro perspetivas, o BSC é proposto como sendo uma alavanca estratégica no alinhamento das operações da Guimabus com os seus objetivos de aumentar a rentabilidade, a satisfação dos passageiros, a eficiência operacional e a capacidade tecnológica e humana. O mapa estratégico proposto permitiu estabelecer a interdependência, o alinhamento organizacional e a agilidade. Foi possível verificar que o BSC liga a missão/visão à estratégia, melhora o controlo dos custos, a gestão dos riscos e a qualidade das decisões, conduz à inovação, ao crescimento dos trabalhadores, à resiliência e à sustentabilidade. No entanto, tem limitações como a complexidade, utilização intensiva de recursos, implementação, seleção/validade crítica dos indicadores e risco de burocratização. As orientações para ações futuras incluem o acompanhamento e a revisão contínuos, mantendo o mapa estratégico como um “documento vivo” e alinhando as exigências financeiras a curto prazo com a diferenciação a longo prazo.

Fiscal Illusion and Municipal Financial Condition: Evidence from Italy and Portugal

Filippo Di Lucia

filippo.dilucia01@unipa.it

Susana Jorge

sujor@fe.uc.pt

Sebastiano Torcivia

sebastiano.torcivia@unipa.it

Abstract

Purpose: This study examines how economic, demographic, political and accounting context-related factors shape municipal financial condition, combining and comparing Italian and Portuguese municipalities within the Fiscal Illusion Theory framework.

Design/methodology/approach: Municipal financial condition is measured through a multidimensional Financial Condition Index (FC Index) built with the Benefit of Doubt (BoD) methodology. Using panel data for 69 large municipalities in Italy and Portugal (2019-2023), we estimate two-step System GMM models on the pooled sample and then add interaction terms to capture country-specific effects.

Findings: Financial condition is path-dependent and positively associated with budget surpluses and the adoption of a full accrual accounting basis, while higher population density weakens fiscal resilience, as Fiscal Illusion Theory suggests. Tourism is not statistically significant in the pooled model, and neither political ideology nor electoral cycles systematically affect financial condition. The comparative analysis provides further evidence on the role of budgetary result and population density, but shows that tourism strengthens financial condition in Portuguese municipalities and weakens it in Italian ones, while political ideology has at most a weak, country-specific effect and does not systematically shape municipal financial condition.

Originality/value: The paper adopts an integrated framework that considers economic, demographic, political and accounting determinants, interprets their interplay through Fiscal Illusion Theory, and applies a BoD-based FC Index in a cross-country comparison of Italian and Portuguese municipalities, providing evidence on its usefulness for assessing municipal financial condition and guiding accounting and budgeting choices.

Reconhecimento e Mensuração dos Ativos não Correntes Municipais: O caso Português

Susana Rua
srua@ipca.pt

Abstract

Perante as alterações normativas da contabilidade pública em Portugal, este estudo tem por objetivos, em primeiro lugar, efetuar um enquadramento teórico do reconhecimento e da mensuração dos ativos, no âmbito do SNC-AP (2015); e, em segundo lugar, analisar a composição e evolução dos ativos não correntes dos municípios portugueses, nos anos de 2020 a 2023, bem como proceder ao estudo da sua mensuração. No que respeita à metodologia seguida neste trabalho, numa primeira parte, baseada numa revisão de literatura, foi seguida uma metodologia qualitativa; e, na segunda parte deste trabalho, relativa ao estudo longitudinal, que teve por base uma análise documental/conteúdo, foi seguida uma metodologia quantitativa. Quanto aos resultados obtidos, verificamos um aumento do total dos ativos nos anos de 2020 a 2023, acompanhado também por um aumento gradual dos ativos não correntes (ANC), que representam cerca de 88% do total do ativo no período estudado. No que se refere à composição dos ANC, destacam-se os ativos fixos tangíveis (AFT), que aumentaram gradualmente, representando mais de 91% dos ANC, e mais de 80% do ativo, nos anos analisados. Quanto à composição dos AFT e sua evolução, constatamos existir um aumento gradual dos AFT tanto de domínio público, como também dos de domínio privado, prevalecendo estes últimos. Relativamente à mensuração dos ativos, concluímos que o custo histórico continua a ser o critério aplicado por todos os municípios analisados; contudo, o justo valor tem ganho gradual importância, sendo aplicado por 83% dos municípios analisados no estudo da mensuração. Considerando estes resultados, destaca-se a importância do SNC-AP (2015), na definição de critérios precisos de reconhecimento e de mensuração, para uma correta representação do património dos municípios portugueses.

Fatores Políticos e Despesa com o Pessoal nas Autarquias Locais em Portugal

Maria Carneiro Tomé
mjsottomayor@gmail.com

Amélia Pires
amelia@ipb.pt

Paula Odete Fernandes
pof@ipb.pt

Abstract

O presente estudo tem como objetivo proceder a uma análise descritiva da despesa com o pessoal nas autarquias locais portuguesas, explorando a sua evolução temporal e a sua caracterização em função de fatores estruturais e político-eleitorais. Com base na totalidade dos municípios portugueses ($N = 308$), o período de análise compreende os anos de 2012 a 2023, abrangendo três ciclos eleitorais autárquicos. A informação utilizada é de natureza secundária, proveniente de relatórios e contas municipais, dados populacionais e eleitorais oficiais, sendo a despesa com o pessoal analisada em euros nominais e em termos per capita. A metodologia adotada assenta numa abordagem de natureza descritiva e exploratória, recorrendo a medidas de tendência central e de dispersão, bem como à representação gráfica dos resultados. Os resultados evidenciam uma tendência global de crescimento da despesa com o pessoal ao longo do período em análise, bem como diferenças consistentes associadas à dimensão municipal, com os municípios de maior dimensão a apresentarem níveis médios mais elevados de despesa. Adicionalmente, observam-se padrões diferenciados na afetação de recursos humanos em função do enquadramento político dos executivos municipais e variações entre anos eleitorais e não eleitorais, ainda que interpretadas de forma prudente e sem estabelecer relações de causalidade. O estudo contribui para a literatura sobre contabilidade pública e gestão financeira local, oferecendo uma visão sistematizada e atualizada da despesa com o pessoal nas autarquias portuguesas e constituindo um ponto de partida para futuras investigações de natureza inferencial sobre a influência política e os ciclos eleitorais na despesa pública local.

Ciclos Eleitorais, Ideologia Política e Sustentabilidade Financeira nas Autarquias Portuguesas

Maria Carneiro Tomé
mjsottomayor@gmail.com

Amélia Pires
amelia@ipb.pt

Paula Odete Fernandes
pof@ipb.pt

Abstract

O presente estudo analisou a relação entre o contexto político, os ciclos eleitorais, o desempenho financeiro e a despesa com o pessoal das autarquias locais portuguesas. Recorreu-se a uma abordagem quantitativa, incidindo sobre a totalidade dos 308 municípios, com dados anuais de 2012 a 2023. Consideram-se a dimensão municipal, a ideologia política, os anos eleitorais, a mudança de governo e o endividamento como fatores associados. Os resultados evidenciam diferenças estatisticamente significativas na despesa com o pessoal em função da dimensão municipal e, em alguns períodos, da orientação política dos executivos (Kruskal-Wallis, p-value < 0,05). Verificam-se ainda diferenças pontuais entre anos eleitorais e não eleitorais e entre municípios com e sem mudança de governo, identificadas através do teste de Wilcoxon (p-value < 0,05). A relação entre endividamento municipal e despesa com o pessoal revela-se maioritariamente não significativa, embora em determinados períodos surja uma correlação negativa significativa (Spearman, p-value < 0,05), sugerindo a influência de fatores políticos e institucionais com implicações para a sustentabilidade financeira local.

Transparência Digital na Saúde Pública: Avaliação dos Websites dos Hospitais Portugueses

Carlos Nunes
cmnunes@ualg.pt

Patrícia Gomes
pgomes@ipca.pt

Santana Fernandes
jsantanafernandes80@gmail.com

Abstract

Objetivos: Analisar as práticas de divulgação online, obrigatória e voluntária, bem como a acessibilidade e usabilidade dos websites das Unidades Locais de Saúde (ULS) do Serviço Nacional de Saúde (SNS), enquanto instrumentos de transparência e accountability digital.

Metodologia: O estudo adota uma abordagem metodológica mista. A análise documental dos websites das ULS e o enquadramento bibliográfico permitiram a construção de um Índice de Transparência Digital (ITD), constituído por 60 itens, analisado nas perspetivas da teoria institucional e da teoria dos stakeholders. A análise inferencial, através da ANOVA e do teste de Tukey, permitiu testar as hipóteses de investigação.

Resultados: Os resultados revelam elevada uniformidade em dimensões como identificação institucional, acessibilidade e informação clínica, compatível com o isomorfismo organizacional de instituições fortemente reguladas. Em contraste, identificam-se diferenças significativas na divulgação de informação obrigatória e voluntária, associadas a fatores de governance, contexto organizacional, localização geográfica e auditoria externa. Em termos médios, apenas cerca de 50% dos itens estão presentes nos websites, sugerindo a existência de uma vasta oportunidade de enriquecimento da informação disponibilizada, na perspetiva da sua utilidade para os diversos stakeholders.

Transparency, Financial Condition, and Financial Sustainability: Empirical Evidence from Portuguese Municipalities

Lara Baião

larabaiao.97@hotmail.com

Susana Jorge

susjorge@fe.uc.pt

Pedro Cerqueira

pacerq@fe.uc.pt

Abstract

Transparency is universally considered an element of good governance (Armstrong, 2005) both of public and business organizations. In public administration, one of the most important dimensions of transparency is financial transparency, as it allows citizens to be informed about the use of resources and the management of public services (IMF, 2018). The publication of information of this nature allow reducing illicit or discretionary behaviors by political leaders and consequently drives a more efficient allocation of resources to meet public needs (Mendieta & Alonso, 2017), thus improving the financial condition of local authorities (Pina et al., 2021), as well as their sustainability, and ensuring intergenerational equity (Rodríguez Bolívar et al., 2018). In this context, this paper seeks to empirically and simultaneously relate, for the first time, three basilar concepts in the context of the local government – financial transparency, financial condition and financial sustainability, with the main objective of analyzing the bidirectional relationships between them, framed by the fundamentals of agency, legitimacy and public choice theories.

The analysis focuses the Portuguese municipalities, for which three indexes were constructed: an index of financial transparency inspired by Lourenço et al. (2013) and two indices (of financial condition and of financial sustainability) inspired by Cuadrado-Ballesteros et al. (2014). The empirical model was tested using a simultaneous equation model, with the 3SLS methodology.

The results indicate the existence of positive and significant bidirectional relationships between financial transparency and the financial condition of Portuguese local governments, and the same was true for the bidirectional relationships between financial condition and sustainability. Nevertheless, it was concluded that municipalities whose financial situation is stable in the long term (financial sustainability) tend to neglect (financial) transparency and vice versa.

The results of this study provide important insights that reinforce the importance of studying the themes of transparency and accountability and their relationship with public financial management.

Unequal Demands and Possibilities for Public Accountability: Drivers of Digital Disclosure by Portuguese Small-City Governments

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Budding Tjerk

g.budding@vu.nl

Abstract

This study analyses the determinants of the extent of digital disclosure of accounting information in the empirical setting of Portuguese parishes, i.e. small-city government entities. It does so by distinguishing between political, socio-economical, and organizational drivers. A longitudinal approach is used, capturing the years 2015, 2020, and 2024, with more than 5,000 observations. The findings show that voter turnout is negatively and statistically significantly associated with the extent of digital disclosure of accounting information. This observation aligns with the expectation of Tejedo-Romero and Araújo (2021), who hypothesize that low participation in elections might incentivize politicians to be transparent in order to regain citizens' legitimacy. Furthermore, ideology has an influence: left-wing parishes tend to be more transparent than their right-wing counterparts. Average income is also positively and statistically significantly related with the level of disclosure of accounting information, confirming Manoharan's (2012) expectation that residents with a higher income might have higher expectations of government entities to be transparent. Finally, and as expected, size (measured by the number of inhabitants) has a positive and statistically significant influence, which might indicate that small government entities may be confronted with lack of personnel and resources to cope with the increasing demand for transparency. Our findings show that Portuguese parishes are confronted with varying demands for digital disclosure of accounting information as well as unequal possibilities to cope with these demands. Despite a modest positive trend over the ten-year period, these entities remain far from achieving effective online communication with citizens.

The Role of the Teacher in the 21st Century and the Paths for the Future of Higher Education

Maria da Conceição Marques

mmarques@iscac.pt

Abstract

Higher education is currently facing a structural transformation driven by social, technological and pedagogical changes. In this context, the role of the teacher acquires new dimensions, requiring multifaceted skills and an attitude of permanent adaptation. This article analyses the main functions of the teacher in the 21st century and discusses possible paths for the future of higher education, namely the personalisation of learning, lifelong learning, the integration of transversal skills, sustainability, internationalisation and the culture of innovation. It is argued that the teacher must be at the same time a facilitator, mentor, researcher and agent of social transformation.

Quality of Strategic Financial Planning Information and Municipal Public Expenditure Effectiveness: Evidence from Portugal

Sandra Matos

ssmsmatos@gmail.com

Abstract

Public sector accounting strengthens accountability, transparency, and public value creation in local government financial management. Under fiscal constraints, rising accountability demands, and commitments linked to the United Nations 2030 Agenda, it is crucial to assess whether high-quality strategic financial planning information supports a more effective use of public resources (Bebbington & Unerman, 2018).

Public financial management research has emphasised expenditure efficiency, while evidence on expenditure effectiveness—particularly aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs)—remains limited (Matos et al., 2023). Despite the relevance of strategic planning, few studies test whether the quality of information disclosed in planning documents is associated with policy outcomes (Matos et al., 2021). This gap is salient for municipalities facing expanding responsibilities, financial pressure, and increasing demands for transparency and performance assessment (Cruz & Marques, 2014; Jorge et al., 2022).

This study examines the relationship between the quality of strategic financial planning information and municipal public expenditure effectiveness in Portuguese municipalities, grounded in Contingency Theory (Chiavenato, 2020).

Methodologically, we estimate panel regressions using Ordinary Least Squares (OLS). Effectiveness is measured by the Municipal Expenditure Effectiveness Index (IMEE) across three key municipal spending areas, based on SDG-aligned outcome indicators in education, essential public services, and local public transportation (Matos et al., 2023). Information quality is measured by the Q-FPI Index (Matos et al., 2021).

Results show a positive and statistically significant effect of higher information quality on expenditure effectiveness, strongest for essential public services, highlighting information quality as a lever for better resource allocation and local public value creation.

Sustainability Reporting in Higher Education Institutions: Insights from a Case Study

Bruna Fernandes

pg51732@alunos.uminho.pt

Lídia Oliveira

lidiaoliv@eeg.uminho.pt

Ana Caria

aalexandra@eeg.uminho.pt

Abstract

This study explores sustainability reporting in Higher Education Institutions by examining the motivations underlying its disclosure, the reporting process and key characteristics, and the perceived benefits of external publication. Adopting an interpretive qualitative approach, the research is based on a single case study of a Portuguese public university, the University of Minho, and draws on documentary analysis of non-financial and sustainability information disclosed between 2021 and 2024, complemented by semi-structured interviews with staff involved in the reporting process.

The findings, interpreted through the lenses of accountability and legitimacy, indicate that sustainability reporting emerges from a combination of institutional values, public responsibilities and external pressures. The sustainability report is perceived as an instrument of transparency, accountability and legitimation, supporting institutional credibility, reputation and stakeholder engagement. At the same time, it reflects an aspiration towards institutional leadership and exemplariness, positioning sustainability as a transversal element of the university's mission. The reporting process is characterised as being in a phase of methodological consolidation, evolving towards greater coherence and alignment with international reporting practices.

By providing in-depth insights from the University of Minho, this research contributes to the literature on sustainability reporting in higher education and enhances understanding of how such practices support organisational responsibility, governance, and sustainable development.

Costing and Activity-Based Cost Management: The Case of a Public University Canteen In Portugal

Joaquim Leite

jleite@ipb.pt

Cecília Carmo

cecilia.carmo@ua.pt

Admilza Martins

a58433@alunos.ipb.pt

Abstract

The purpose of this study is to analyze how and why Activity-Based Costing (ABC) can be used as a tool to support the management of a university canteen. The theoretical framework is based on the principles of ABC and Activity-Based Management (ABM), using the case study method. Data collection was based on document analysis and an interview with the canteen manager. Empirical evidence was treated descriptively, via content analysis, seeking to answer the defined research question. The results made it possible to identify the core and support activities of the canteen, the allocation of resources, and the determination of the actual costs associated with each meal served. However, while the general organization of activities and resources proved to be very relevant for activity-based management purposes, knowledge of the costs of each meal, applying activity-based costing, proved to be totally irrelevant for management purposes due to the specific characteristics of the case under study: a public university canteen with equal prices for different meals served.

Annual Budget Planning and Public Financial Management: Governance, Performance, and Accountability in the Portuguese Public Sector

Rosário Alves

alves.romy@gmail.com

Miguel Lira

mlira@iscac.pt

Sandra Matos

smatos@iscac.pt

Abstract

Public budget management is a pillar of good governance and fiscal sustainability, influencing resource allocation, policy implementation, and accountability to citizens. The budget should be understood as a strategic, political, and management instrument that translates priorities into action (Wildavsky, 1975; Schick, 1995). In a context of limited resources and increasing demands for transparency and performance, public entities face challenges in efficient and results-oriented management (OECD, 2019).

In recent decades, public finance management has been marked by reforms promoted by international organizations, focused on performance-based budgeting, fiscal transparency, and the strengthening of multiannual planning (OECD, 2020; IMF, 2018; PEFA, 2021). This article analyzes annual budget planning and public budget management in the Portuguese context, combining a theoretical and empirical approach.

The theoretical framework is based on the perspectives of Wildavsky (1975), Schick (1995) and Lee et al. (2013), articulated with international guidelines from the OECD, IMF and PEFA. At the national level, the Framework Budget Law (Law No. 151/2015) and the SNC-AP are examined, which introduced program budgeting and strengthened reporting and evaluation (Sarmiento, 2016; Sarmiento & Reis, 2020).

The empirical component is based on the General State Account, the Court of Auditors' reports and a case study of the municipality of Águeda. The results show institutional progress but highlight limitations in the substantive use of performance information, which is still predominantly oriented towards compliance. It is concluded that budgetary effectiveness depends on the integration between planning, execution and evaluation and the effective use of indicators in decision-making (Matos et al., 2021; Sarmiento & Reis, 2020; PEFA, 2021).

The study concludes that a modern, accountable and performance-oriented public management system is essential to strengthen the transparency, accountability and credibility of public finances. Improving strategic planning and strengthening continuous evaluation mechanisms is essential to improve governance and ensure the long-term sustainability of national and local public finances.

Da Contabilidade de Acréscimo à Accountability Pública: Uma Análise Bibliométrica da Gestão de Resultados

Marta Costa

marta.costa@ipleiria.pt

Maria Tavares

mariatavares@ua.pt

Graça Azevedo

graca.azevedo@ua.pt

Abstract

Este estudo apresenta uma análise bibliométrica da literatura científica sobre a gestão de resultados no setor público, com o objetivo de mapear a evolução da investigação, identificar os principais atores científicos e analisar as estruturas temáticas do campo. A análise baseia-se em dados recolhidos nas bases Scopus e Web of Science, resultando num corpus final de 124 artigos científicos publicados entre 2010 e 2025, examinados através de técnicas bibliométricas complementadas por análise de conteúdo. Os resultados evidenciam um crescimento significativo da produção científica ao longo do período, com concentração em revistas especializadas em contabilidade e finanças públicas, bem como num conjunto relativamente restrito de autores e países. As análises de redes de coautoria, cocitação e coocorrência de palavras-chave revelam uma estrutura intelectual consolidada, centrada na gestão de resultados baseada em accruals, acompanhada de uma atenção crescente à qualidade do relato financeiro, à auditoria e à governação. No seu conjunto, o estudo contribui para a literatura em contabilidade pública ao oferecer uma visão integrada e estruturada da evolução e configuração do campo, apoiando a compreensão das principais tendências, temas e dinâmicas de produção científica.

O Business Intelligence como Potenciador da Contabilidade Pública e da Accountability Municipal

Carlos Santos
carlos.santos@ua.pt

Augusta Ferreira
augusta.ferreira@ua.pt

Abstract

Neste trabalho recorremos ao Business Intelligence, em particular à possibilidade de utilizar elementos de visualização de dados, agrupados em dashboards dinâmicos e interativos com o objetivo de apoiar a tomada de decisão, reforçar a transparência e promover a accountability na gestão municipal. Estas facilidades são disponibilizadas em plataformas de Business Intelligence, e facilitam a avaliação do desempenho e da eficiência de cada um dos 308 municípios portugueses.

O dataset (coleção de dados) utilizado foi disponibilizado pelo Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave que serve de suporte à elaboração do Anuário Financeiro do Municípios Portugueses.

Para desenvolver os elementos de visualização de dados e o seu agrupamento em dashboards foi utilizada a plataforma Power BI, por ser uma das plataformas de análise e business intelligence líderes no mercado. São apresentados quatro dashboards, cada um deles com um conjunto de indicadores chave de desempenho considerados relevantes para avaliar o desempenho dos municípios. Os dashboards apresentados neste estudo são: “Execução da Receita”; “Execução da Despesa”; “Situação Orçamental Global” e “Análise Económico Financeira”.

Os resultados evidenciam o potencial dos dashboards enquanto instrumentos de apoio à governação local baseada em dados, contribuindo para uma avaliação mais informada do desempenho municipal e para o reforço dos mecanismos de transparência e accountability.

Determinants of Disclosure in Matters of Social and Environmental Responsibility: The Case of Portuguese Municipalities

Augusta Ferreira
augusta.ferreira@ua.pt

Helena Inácio
helena.inacio@ua.pt

Beatriz Dinis
beatrizdinis@ua.pt

Abstract

Over time, academic interest in municipal transparency has increased significantly, reflecting its growing importance in enhancing citizen engagement, improving accountability, and reducing corruption and the mismanagement of public resources. In parallel, there has been increasing recognition that economic growth must be accompanied by social and environmentally sustainable development. Due to their proximity to citizens, municipalities play a central role in addressing contemporary social and environmental challenges and are therefore expected to demonstrate that their actions are aligned with the principles of sustainable development.

In this context, transparency in public management should extend beyond legally mandated financial reports to include the disclosure of qualitative and non-financial information related to performance, policies, projects, and the achievement of objectives in areas of high societal relevance, such as health, education, culture, transportation, sanitation, and environmental protection. The disclosure of sustainability information—integrating social and environmental dimensions—thus represents an important opportunity for municipalities to demonstrate responsibility, accountability, and institutional commitment.

Accordingly, this study aims to assess the level of social and environmental sustainability disclosure by Portuguese municipalities and to identify the determinants that explain differences in disclosure practices. To this end, a disclosure index comprising social and environmental indicators was developed and applied to a representative sample of Portuguese municipalities.

The findings reveal that Portuguese municipalities disclose, on average, a low level of social and environmental information. Moreover, the empirical results indicate that municipal size is the only determinant that significantly explains the level of disclosure, while financial, socio-economic, and political variables do not exhibit a statistically significant effect. These results suggest that sustainability disclosure in Portuguese municipalities is primarily driven by organizational visibility and institutional pressures rather than by discretionary managerial or political factors.

Fiscal Distress e Recuperação Municipal em Portugal: Uma Análise Multidimensional dos Municípios Aderentes ao FAM (2016 – 2024)

Rita Almeida Silva

rias.silva@gmail.com

Miguel Almeida

miguelalmeida@ipp-jcs.org

Abstract

O endividamento dos governos locais constitui um tema central na literatura sobre finanças públicas e sustentabilidade orçamental, particularmente em contextos de fiscal distress que exigem mecanismos formais de intervenção. Em Portugal, a criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) visou responder a situações de endividamento excessivo através da implementação de Programas de Ajustamento Municipal (PAM). O presente estudo analisa, de forma integrada, a evolução do endividamento dos municípios portugueses que aderiram ao FAM, considerando a sua dimensão demográfica e os fatores associados à recuperação financeira observada durante a execução dos programas de ajustamento.

A análise baseia-se num conjunto de dados estritamente financeiro-demográficos, combinando análise descritiva, análise gráfica e modelos de regressão linear estimados por Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). São considerados diferentes indicadores de endividamento e ajustamento financeiro, incluindo a dívida total, o endividamento per capita, o rácio da dívida face à receita corrente líquida e a redução relativa da dívida.

Os resultados evidenciam uma tendência global de consolidação financeira entre os municípios intervencionados, embora subsistam diferenças estruturais relevantes nas trajetórias individuais. A dimensão populacional surge como fator condicionante, mas não determinante único, do ajustamento financeiro, enquanto o momento de adesão ao FAM revela efeitos diferenciados nas fases iniciais. A análise conjunta das métricas confirma o carácter multidimensional e heterogéneo do ajustamento financeiro municipal.

O estudo contribui para a literatura sobre municipal fiscal distress ao fornecer evidência empírica sobre o caso português e ao destacar a relevância de abordagens analíticas prudentes na avaliação de programas de ajustamento financeiro.

Transparência e Accountability na Contabilidade Pública do Ensino Superior: Uma Revisão Narrativa da Literatura sobre Divulgação de Informação Financeira

Estevão Júnior

estevaojunior32@yahoo.com

Maria Tavares

mariatavares@ua.pt

Abstract

A transparência e a accountability constituem princípios fundamentais da contabilidade pública contemporânea, especialmente em instituições financiadas por recursos públicos. No ensino superior público, a divulgação de informação financeira é essencial para reduzir a assimetria de informação entre gestores públicos, decisores políticos e cidadãos, reforçando a confiança institucional e o controlo democrático. As universidades públicas ocupam uma posição singular, combinando elevados níveis de autonomia administrativa e financeira com uma forte dependência do financiamento estatal, o que intensifica as exigências de transparência e accountability.

Apesar da relevância atribuída ao relato financeiro público, a literatura evidencia deficiências persistentes na extensão e qualidade da informação financeira divulgada pelas universidades públicas. A divulgação tende a ser fragmentada, predominantemente voluntária e heterogénea entre contextos institucionais e nacionais, sendo estas limitações mais acentuadas em países em desenvolvimento, onde os sistemas de contabilidade pública se encontram em consolidação.

O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente a literatura científica sobre transparência e accountability na contabilidade pública do ensino superior, com particular enfoque na divulgação de informação financeira por universidades públicas. Recorre-se a uma revisão narrativa da literatura, permitindo mapear conceitos-chave, identificar abordagens teóricas dominantes e sintetizar evidência empírica dispersa. Os resultados indicam que a divulgação financeira no ensino superior público permanece insuficiente, salientando a necessidade de práticas de relato mais normalizadas, comparáveis e orientadas para os utilizadores da informação.

The Implementation of the Public Sector Accounting Standardization System in Integrated Services: Between Normative Isomorphism and the Reality of (Un) Certification of Accounts

Mário Guedelha Guedelha

guedelha.mjm@gnr.pt

Carlos Coelho

coelho.cmr@gnr.pt

Antonino Ferreira

ferreira.afs1@gnr.pt

Jorge Santos

santos.jfc@gnr.pt

Luis Malheiro

malheiro.lcr@gnr.pt

Pedro Marques

marques.pmr@gnr.pt

José Jesus

jesus.jld@gnr.pt

Rui Martins

rui.martins@islasantarem.pt

Abstract

The reform of public financial management in Portugal, embodied in the Accounting Standardization System for Public Administrations (SNC-AP), promised to align State accounting with international standards (IPSAS) and introduce an accrual basis logic. However, a decade after its approval, the Integrated Services of the Central Administration – entities lacking financial autonomy – remains in implementation limbo. This article investigates, through a qualitative and documentary approach, the barriers to the full adoption of the framework in these entities, focusing on the dependence on shared systems (eSPap/GeRFiP), the budgetary culture, and, crucially, the systematic waiver of the Legal Certification of Accounts (CLC). Analysis of Court of Auditors data (2024/2025) reveals that 82% of Central Administration entities do not present certified accounts, compromising the reliability of the General State Account. It is concluded that a decoupling phenomenon exists, where formal normative compliance coexists with unchanged and opaque management practices.

Fragilidade Financeira e Risco de Insolvência de Caixa nos Governos Locais

Aluska Ramos de Lira
aluska.ramosl@gmail.com

Josedilton Alves Diniz
josedilton@gmail.com

Abstract

O presente estudo teve como objetivo geral investigar em que medida o risco de insolvência de caixa, mensurado por meio do Value at Risk (VaR), reflete maiores níveis de fragilidade financeira em governos locais. Tendo como lente teórica preponderante a teoria da instabilidade financeira de Hyman Minsky associada com a condição financeira governamental. O estudo propôs uma medida de avaliação de risco, utilizando adaptação do método VaR aplicado ao setor público. Compreendeu a análise de todos os municípios brasileiros durante o período de 2007 a 2023, totalizando 82.454 observações. Empregou-se o método VaR via modelo de regressão quantílica para testar as hipóteses de pesquisa. Desse modo, foi possível observar que os municípios brasileiros enfrentam elevado risco de insolvência de caixa com perdas potenciais substanciais e que a fragilidade financeira se agrava com a perda de solvência de caixa à medida que o VaR do município aumenta. Assim como, os municípios apresentam níveis variados de risco de insolvência. Por fim, foi possível confirmar que o VaR, se mostrou uma medida eficaz e robusta para avaliar a fragilidade financeira dos governos locais, capaz de identificar e demonstrar riscos financeiros significativos e iminentes de crise financeira do governo local, alertando para a necessidade de intervenções preventivas para preservar a sustentabilidade financeira do ente. Desse modo, o estudo trouxe relevantes contribuições ao fornecer um prognóstico para monitoramento eficaz de riscos de insolvência de caixa de fácil utilização e interpretação pelos tomadores de decisão. Servindo como benchmark de sinal de alerta para replicação em outras economias, trazendo uma nova abordagem para a literatura a partir da ideia de condição de risco financeiro governamental, assim como relevantes contribuições práticas com impacto societal.

Análise Crítica dos Fundamentos da Normalização da Contabilidade Pública em Moçambique: Comparação com o Quadro Conceptual das IPSAS

Angelo Macuácuca
angelomacuacua50@gmail.com

Abstract

Este artigo desenvolve uma análise crítica dos fundamentos da normalização da contabilidade pública em Moçambique, comparando o normativo nacional com o Quadro Conceptual das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS). O objectivo central é compreender em que medida os fundamentos do normativo moçambicano convergem com o Quadro Conceptual das IPSAS e como essa convergência se reflecte na prática das Contas Gerais do Estado (CGE). Metodologicamente, o trabalho baseia-se numa análise documental e comparativa, examinando a legislação nacional, o Manual de Administração Financeira (MAF), as CGE e o Quadro Conceptual das IPSAS. A análise foi estruturada em seis dimensões: objectivos e utilizadores das Demonstrações Financeiras, características qualitativas da informação, regime de reconhecimento das transacções, elementos das Demonstrações Financeiras, mensuração de activos e passivos e conteúdo das demonstrações financeiras do Estado. Os resultados mostram que, por um lado, apesar de uma notável tendência de convergência no plano dos fundamentos normativos de Moçambique e o quadro conceptual das IPSAS, há necessidade de aprimorar os conceitos fundamentais da normalização da contabilidade pública moçambicana. Por outro lado, pese a tendência de convergência da base normativa, a prática das CGE permanece distante da aplicação plena, o que compromete a transparência, a comparabilidade e a accountability das finanças públicas em Moçambique.

Relato Financeiro do Setor Público Angolano à Luz das Normas Internacionais de Contabilidade Pública

Ornela Caquehele
ornela.m.caquehele@ubi.pt

Crissolito Inácio
crissolito1@hotmail.com

Abstract

O estudo analisa o relato financeiro do setor público angolano à luz das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), avaliando o seu grau de alinhamento e os principais constrangimentos à sua implementação. Os resultados evidenciam que o sistema contabilístico público em Angola permanece predominantemente baseado no regime de caixa, com aplicação empírica das práticas contabilísticas, o que compromete a transparência, a comparabilidade e a utilidade da informação financeira. Conclui-se que a fraca capacitação técnica, a limitada integração entre contabilidade, orçamento e gestão financeira, bem como a dependência das receitas petrolíferas, dificultam a convergência efetiva às IPSAS. O estudo sustenta que a melhoria do relato financeiro público em Angola exige reformas institucionais estruturais, investimento em capital humano e a adoção progressiva do regime de competência, de modo a reforçar a accountability e a governação financeira pública.

The Limits of Legal Audit Certification in the Portuguese Public Sector: Longitudinal Evidence from an Institutional Perspective

Armindo Lima

alima@doc.isvouga.pt

Filipa Silva

fsilva@ispgaya.pt

Cláudia Pereira

claudiap@iscap.ipp.pt

Fábio Silva

fb.silva@doc.isvouga.pt

Abstract

Purpose: This study examines the extent to which statutory audit contributes to the reliability of public accounts in the Portuguese public sector, identifying its structural and institutional limits.

Methodology: The study adopts a documentary, quantitative and interpretative approach, framed within a longitudinal research design. The analysis is based on the Panoramic Reviews on the reliability of public accounts published by the Portuguese Court of Auditors, covering the period from 2021 to 2024. Data are analysed in two stages: first, through a descriptive analysis focusing on statutory audit coverage, types of audit opinions and the incidence of reservations; and second, through an interpretation grounded in institutional theory.

Findings: The findings show that statutory audit covers a limited proportion of the entities analysed and that, among audited entities, around one third consistently present reservations throughout the period under study. There is a clear predominance of reservations due to scope limitations, as well as a high recurrence of reservations. This shows that the identified constraints are not isolated, but persistent. These patterns reveal structural limits of statutory audit as a mechanism for ensuring the reliability of public accounts.

Practical implications: The findings suggest that the formal strengthening of statutory audit, by itself, is insufficient to ensure sustained improvements in the reliability of public accounts, highlighting the need for structural interventions in accounting systems, internal control mechanisms and public sector governance.

Accounting as an Instrument of Rationalisation and Power in the Service of the State: Internal Narratives Leading to the Suppression of the Jesuits

Filipa Silva

fsilva@ispgaya.pt

Fernanda Leão

fernanda.leao@eeg.uminho.pt

Delfina Gomes

dgomes@eeg.uminho.pt

Abstract

Purpose: To examine how the Portuguese government, following the expulsion of the Jesuits (1759), used internal accounting narratives to manage the conflict with the Holy See and to sustain the supremacy of the state over the Church, drawing on the second volume of the *Coleção dos Negócios de Roma* (1759–1769).

Methodology: The study adopts a qualitative documentary analysis, interpreted through the analytical lens of governmental rationalities and technologies (Rose & Miller, 1992). The volume is analysed as an internal device “for the Cabinet”, structured around the sequence *Terribilidade*, *Providência* and *Provas*, and the fifteen *Terribilidades* are examined through three approaches (External-defensive, Internal-reformist and European-diplomatic).

Results: A systematic method of recording was identified, supported by *Provas* and economic and financial references, configuring an internal accounting narrative of control, accountability and administrative memory. The analysis shows that this administrative writing functioned as a technology of government to coordinate decision and action, integrate economic, diplomatic and moral dimensions, and support reforms.

Practical implications: The study highlights the role of internal accounting narratives as instruments of rationalisation and power, suggesting that recording and reporting practices can operate as strategic technologies of governance. It reinforces the value of historical documentary analysis for understanding the origins of contemporary accountability and public management practices, as well as the potential of accounting in narrative form.

Originality: The study shows how, in the eighteenth century, the Portuguese government operationalized an internal device for recording and organising strategic information to manage a politico-religious conflict.

Institutional Quality and IPSAS Adoption

Michel Cruz

michel.cruz@usp.br

Patricia Siqueira Varela

psvarela@usp.br

Mara Malacrida

maracont@usp.br

Abstract

Purpose – This paper examines the relationship between institutional quality and the adoption of International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) in a cross-country context, while also considering the roles of prior IFRS adoption and legal system tradition within broader institutional reform environments.

Design/methodology/approach – The research adopts a quantitative cross-sectional research design based on international secondary data. IPSAS adoption is operationalized as a categorical index reflecting stages of convergence (non-adoption, partial adoption, and full adoption). Institutional quality is measured through consolidated governance indicators capturing economic freedom, political stability, transparency, rule of law, democracy, and government effectiveness. Prior IFRS adoption and legal system tradition are incorporated as complementary institutional variables. The empirical analysis covers 166 countries for 2023 and employs a multinomial logistic regression model.

Findings – The results reveal a positive and statistically significant association between institutional quality and IPSAS adoption, particularly in the transition from non-adoption to partial convergence. Regional institutional contexts substantially shape progression toward full adoption. Once institutional and contextual factors are accounted for, prior IFRS adoption does not exhibit independent explanatory power, while legal system tradition shows no systematic effect.

Originality – This study provides a global empirical assessment of IPSAS adoption that integrates governance capacity and contextual institutional environments within a unified analytical framework. By moving beyond technical diffusion-based explanations, it demonstrates that public sector accounting reforms are fundamentally nested in broader institutional and regional reform processes.

Practical implications – The findings suggest that IPSAS adoption strategies should be aligned with broader institutional strengthening and capacity-building efforts. Formal convergence with international standards is unlikely to generate substantial accountability gains in the absence of supportive governance environments and reform-oriented institutional contexts.

An Exploratory Framework for Measuring the Levels of Adoption of ESG Principles: The Case of Portuguese Investment Funds

Ricardo de Moraes e Soares
moraes.soares@marinha.pt

Clara Gariso
cmgariso@iscal.ipl.pt

Ana Catarina Kaizeler
ackaizeler@iscal.ipl.pt

Mariana Arcanjo
arcanjomariana62@gmail.com

Abstract

The adoption of environmental, social and governance (ESG) criteria in financial markets is currently playing a key role in redefining investment processes, risk management and non-financial reporting by financial funds. Sustainability reporting, especially in the European context, is marked by a strengthening of the regulatory framework and a requirement for increased availability of information. Despite the increasing centrality of ESG principles and the establishment of the concept of double materiality as structural elements of non-financial reporting, there is a methodological gap in terms of the existence of standardised, systematic, transparent and comparable instruments that enable the measurement of the levels of implementation of ESG metrics in investment funds. The study proposes to develop a possible experimental indicator to measure the levels of adoption of ESG principles in financial funds, based on a documentary analysis of financial statements, sustainability reports and regulatory disclosures by investment fund management companies. The study proposes to develop a possible experimental indicator to measure the levels of adoption of ESG principles in financial funds, based on a documentary analysis of financial statements, sustainability reports and regulatory disclosures by investment fund management companies. The proposed model, the ESG Methodology Adoption Indicator (IAM-ESG), includes five essential dimensions of ESG integration and aims to reflect aspects related to financial investment policy and processes, regulatory compliance, application of the double materiality principle, adoption of quantitative metrics, and quality of governance and non-financial reporting. Ultimately, the indicator provides a ranking of funds and management companies according to their different levels of maturity in terms of ESG principles and promotes institutional and temporal comparability of investment markets. On an experimental basis, the proposal aims to contribute to the literature and discussion of sustainable finance through the development of an ESG instrument that is theoretically grounded, empirically applicable, aligned with the regulatory framework, and relevant to academia, institutions, and practice.

A Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Documentos Previsionais dos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Nuno Ruivo

a2022123828@alumni.iscac.pt

Fátima Conde

fconde@iscac.pt

Miguel Lira

mlira@iscac.pt

Abstract

A sustentabilidade dos territórios continua incerta e com o aproximar da data-limite para a concretização da Agenda 2030, com a proliferação dos problemas sociais, das crises ambientais, económicas e até políticas, essas dúvidas adensam-se. Apesar disso as entidades devem manter, ou até reforçar, energias para lutar pela sustentabilidade e pela implementação de políticas públicas que conduzam a resultados relevantes para atingir as metas definidas nos ODS. A nível local, os documentos previsionais são o espelho das estratégias políticas preconizadas pelas entidades e a incorporação dos ODS nesses documentos uma forma de contribuir para a concretização dos mesmos.

A revisão da literatura, efetuada através da consulta de diversa bibliografia referente ao desenvolvimento sustentável, recuou vários anos, para perceber a importância que foi dada à sustentabilidade ao longo dos tempos e para analisar o enquadramento dos objetivos, nomeadamente nas autarquias locais. Depois, seguindo uma metodologia mista, com recurso a ferramentas qualitativas e quantitativas, foram analisados os dados e informação disponível nas plataformas de monitorização das metas dos ODS a nível municipal, referente à amostra do estudo, assim como os seus documentos previsionais para perceber se a eventual incorporação dos ODS nesses documentos implica um maior nível de concretização dos mesmos.

Não foi possível comprovar que a incorporação dos ODS nos documentos previsionais implique uma maior concretização dos ODS. No entanto, a proximidade dos níveis de concretização entre os municípios da CIMT, está relacionado com a transversalidade dos projetos coordenados e financiados através da comunidade intermunicipal com recurso a fundos comunitários, projetos esses com critérios relevantes para as metas definidas para os ODS.

A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses e a Qualidade do Relato Financeiro

Paula Farinha

paulamatias.farinha@gmail.com

Ricardo Joaquim

ricardo.carvalhojoaquim@hotmail.com

Abstract

Objetivo: O presente estudo tem como principal objetivo analisar o contributo da auditoria interna para a qualidade do relato financeiro municipal.

Metodologia: A análise baseou-se numa amostra final de 26 municípios portugueses que declararam, através de um questionário, dispor de um gabinete ou serviço de auditoria interna. Foi desenvolvido um Índice de Conformidade (IC) com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicado aos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2022, com o intuito de avaliar a qualidade do relato financeiro dos municípios abrangidos. Posteriormente, procedeu-se à análise estatística da relação entre os procedimentos de auditoria interna e a “boa” qualidade do relato financeiro, recorrendo a testes não paramétricos.

Resultados: Os resultados evidenciam que nenhum município da amostra apresentava um nível insuficiente de qualidade do relato, sendo que 69% registavam um nível bom de conformidade com as normas do SNC-AP. Verificou-se, contudo, uma baixa disseminação da auditoria interna, uma vez que apenas 24% dos municípios dispunham de um serviço ou gabinete formal. A análise estatística sugere a ausência de associações estatisticamente significativas entre os procedimentos de auditoria interna e a “boa” qualidade do relato, embora a maioria dos inquiridos percecionasse essa influência como positiva.

Originalidade: Tanto quanto é o conhecimento dos autores, este é o primeiro estudo a analisar empiricamente a relação entre a auditoria interna e a qualidade do relato financeiro municipal. Para além disso, os resultados contribuem para uma melhor compreensão do grau de implementação e maturidade da auditoria interna no contexto municipal.

Artificial Intelligence and Accountability at Local Administration in Portugal

Susana Bastos

susanass@iscap.ipp.pt

Manuel Sá

man_sa@iscap.ipp.pt

Teresa Barros

tbarros@iscap.ipp.pt

Isabel Maldonado

imaldonado@iscap.ipp.pt

Abstract

The growing complexity of public management requires mechanisms that ensure greater transparency, efficiency, and accountability. This study aims to analyse the potential of Artificial Intelligence (AI) as a tool to support transparency and accountability within Portuguese public entities, specifically exploring its application in providing real-time information.

Using a qualitative methodology, the research examines consolidated financial reports from 2021 to 2024 of a local public sector entity undergoing the implementation of new digital management tools and regulatory relationship systems. The discussion of the results addresses the study's core research questions: are local government entities prepared to integrate AI tools into their processes, and does the use of such tools enhance transparency and accountability?

The findings suggest that, while AI represents a significant opportunity for transparency and accountability in local government, its successful realisation depends on adequate technological infrastructure and specialised staff training. The digitalisation of these public organisations is currently in the implementation stage, demanding future financial support for investment in modern technological structures aligned with AI tools.

Accountability in Portuguese Municipalities

Sandra Geraldés

sandrageraldes@gmail.com

Lúcia Terêncio Cardoso

luciaterencio@hotmail.com

Abstract

The study analyses the impact of the implementation of the SNC-AP on municipal accounting and accountability in Portuguese local government. The modernisation of public management and the adoption of the SNC-AP demanded greater transparency, rigor, and quality of financial information. The qualitative research, based on documentary and bibliographic analysis, identified structural weaknesses in the municipality, including the absence of an effective internal control system, incomplete documentation, and irregular financial transfers. Despite some formal accountability mechanisms, the lack of technical resources and active transparency undermines the reliability of reports and democratic accountability.

Regulatory Proportionality and Decoupling in Sustainability Reporting: A Comparative Analysis of CBPS (Brazil) and ESRS/CSRD (European Union)

Umbelina Lagioia
umbelinalagioia@gmail.com

Ruth Araujo
ruth.fonseca@ufpe.br

Graça Azevedo
graca.azevedo@ua.pt

Ana Lúcia Vasconcelos
ana.svasconcelos@ufpe.br

Abstract

The consolidation of international sustainability reporting standards has intensified debates on harmonization, comparability, and regulatory stringency, particularly in the context of small and medium-sized enterprises (SMEs). In this setting, different institutional arrangements have emerged, reflecting distinct regulatory priorities and levels of normative coercion. This article comparatively analyzes the sustainability reporting frameworks adopted in Brazil and the European Union—the Brazilian Sustainability Pronouncements Committee (CBPS) and the European Sustainability Reporting Standards (ESRS/CSRD)—through the lenses of Institutional Theory and Legitimacy Theory. Based on a conceptual and normative analysis, the study examines how the degree of regulatory proportionality embedded in these frameworks influences the risk of decoupling between discourse and practice in SME sustainability reporting. The findings indicate that both excessive regulatory requirements and the absence of minimum standards may undermine the effectiveness of sustainability reporting, fostering predominantly formal or symbolic practices when regulatory demands are misaligned with organizational capabilities. The study argues that regulatory proportionality emerges as a central element to mitigate the risk of decoupling and to promote the substantive internalization of sustainability practices, thereby supporting more robust forms of organizational legitimacy. The article contributes to academic and regulatory debates by highlighting the need for proportional, scalable, and capacity-sensitive sustainability reporting models for SMEs.

Carbon Emissions Reporting: Measurement Practices and Governance Determinants in Carbon Emissions Disclosure: A Systematic Literature Review Abstract

Pâmela Pasqualin

pamypasqualin@gmail.com

Cristina Góis

cgois@iscac.pt

Abstract

This systematic literature review examines how companies measure and disclose carbon emissions and how corporate governance structures influence carbon emission disclosure. Based solely on 25 peer-reviewed articles, the review synthesizes evidence on (i) carbon emission measurement approaches, (ii) disclosure practices and indices, and (iii) governance mechanisms such as board structure, gender diversity, ownership structure, CEO power, climate governance and specialized committees. The studies draw predominantly on high-emitting sectors and emerging market contexts and rely largely on carbon emission disclosure indices developed from checklists (often 18 items), Global Reporting Initiative (GRI) frameworks, Carbon Disclosure Project (CDP) data or novel textual measures capturing carbon-related content. Only a small number of studies explicitly link measurement to scopes of emissions, with one developing a measure that captures actual CO₂ emissions including Scope 1 and Scope 2. Internal governance attributes (board independence, gender diversity, presence of environmental or sustainability committees, climate governance mechanisms) and ownership characteristics (foreign, institutional, state and family ownership) are frequently associated with higher levels or better quality of carbon emission disclosure, although some evidence suggests negative or mixed effects for CEO duality, director share ownership, block-holder ownership and ownership concentration. The review highlights significant gaps, including limited explicit discussion of Scope 3 emissions, relatively scarce attention to technological advances in carbon measurement, and heterogeneity in disclosure metrics. The paper concludes by outlining research opportunities related to harmonizing measurement approaches, deepening analysis of governance mechanisms across institutional contexts and exploring the interaction between financial reporting quality, carbon emission measurement and disclosure.

Key Audit Matters in a Systemic Crisis Context: Evidence from the Brazilian Airline Industry

Milena Paula Silva

milena.paula@ufpe.br

Ana Lúcia Vasconcelos

ana.svasconcelos@ufpe.br

Umbelina Lagioia

umbelinalagioia@gmail.com

Ana Clara Borrego

anaclara@ipportalegre.pt

Abstract

This study examines the Key Audit Matters (KAMs) disclosed in the independent auditors' reports of Brazilian airline companies listed on B3, covering the pre-pandemic (2018–2019), pandemic (2020–2021), and post-pandemic (2022) periods. The research adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach, employing content analysis supported by lexical and statistical text analysis techniques using the IRaMuTeQ software. The sample comprises Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. and GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., the only publicly traded airline companies in Brazil during the period analyzed. The results indicate that issues related to revenue recognition and accounting estimates remained recurrent throughout the entire period, while matters associated with going concern, asset impairment, and lease obligations gained greater prominence during the COVID-19 pandemic. In the post-pandemic period, a partial reconfiguration of KAMs is observed, although a high degree of professional judgment continues to be required. These findings contribute to the auditing and disclosure literature by demonstrating how systemic external shocks influence risk prioritization and auditors' communication, reinforcing the role of KAMs as a transparency mechanism in capital markets.

Fiscal Misinformation, Fake News, and Accountability: Challenges to Tax Transparency in Brazil

Ricardo Marcionilo

ricardo.marcionilo@ufpe.br

Ana Lúcia Vasconcelos

ana.svasconcelos@ufpe.br

Umbelina Lagioia

umbelinalagioia@gmail.com

Kátia Lemos

klemos@ipca.pt

Abstract

This study examines how the principle of tax transparency can mitigate the effects of fiscal disinformation and tax-related fake news on the tax system, highlighting impacts on public trust and compliance behavior. It is a bibliographic study with documentary analysis (theoretical–applied approach), which maps specialized literature, legal norms, and public documents to build an analytical framework structured around three axes: (i) legal–tax foundations and legitimacy; (ii) the sociotechnical dynamics of misinformation propagation; and (iii) transparency policies, open data, and tax education. The methodological approach combines an integrative literature review with content analysis and narrative synthesis, articulating concepts, illustrative cases, and operational recommendations. The findings indicate that active transparency—supported by citizen-oriented language, audit trails, and user-friendly data visualizations—reduces informational asymmetries, lowers compliance costs, and constrains the reach of false narratives. Moreover, the results show that integrating data governance with proactive public communication enhances predictability and strengthens social oversight of tax expenditures, public spending, and accountability mechanisms. The study concludes that an inseparable triad—normative and communicational clarity, qualified data openness, and continuous tax education—reinforces the legitimacy of the fiscal pact without undermining freedom of expression and provides a foundation for proportionate regulatory agendas. The research acknowledges limitations related to the predominance of secondary sources and the absence of causal measurement, suggesting future studies based on international comparisons, informational experiments, and the development of indices of “effective transparency.”

Quality Of Local Governance

Lúcia Terêncio Cardoso
luciaterencio@hotmail.com

Abstract

Local governance is a multidimensional phenomenon, shaped by institutional, financial, participatory, and territorial factors. In Portugal, municipal heterogeneity—ranging from densely populated urban areas to rural territories with limited resources—strongly influences the capacity to implement public policies and the quality of local administration. Tavares et al. (2018) propose a multidimensional index encompassing transparency, citizen participation, accountability, efficiency, and administrative capacity, linking performance with democratic values and the 12 Principles of Good Democratic Governance established by the Council of Europe. The quality of local governance thus depends on the interaction between the normative framework, administrative capacity, civic engagement, and financial sustainability, differing significantly between urban and rural municipalities.

The Influence of Auditors on the Online Disclosure of Financial Information by Portuguese Municipalities

Mariana Nogueira

mariana1999nogueira@gmail.com

Kátia Lemos

klemos@ipca.pt

Sara Serra

sserra@ipca.pt

Abstract

The growing need and demand for transparency in the accountability of Portuguese municipalities, together with the ongoing efforts toward the digitalization of public administration, have driven the enhancement of online financial information disclosure, making it more accessible, up-to-date, and understandable to stakeholders.

However, according to existing studies, several municipalities avoid the responsibility of publishing these documents on their websites, thereby undermining the administration's trustworthiness and credibility in the eyes of citizens. In this context, it was deemed essential to identify and analyze the main factors that promote online financial information disclosure in Portuguese municipalities, as the conclusions obtained may contribute to its improvement.

This study aimed to understand how the auditor and the type of opinion expressed in the Statutory Audit Report (Certificação Legal das Contas) influence the online disclosure of financial information by Portuguese municipalities. To this end, a financial information disclosure index was developed, based on which the municipalities' websites were examined for the availability of documents referring to the year 2023. Subsequently, the content of the Statutory Audit Reports was analyzed, and the corresponding Disclosure Index was calculated. The collected data was subjected to both descriptive and statistical analysis, using a linear regression model to validate and further explore the findings.

The analyses performed using the regression model indicate that municipalities audited by Audit Firms (Sociedades de Revisores Oficiais de Contas) tend to disclose more financial information than those audited by Individual Statutory Auditors (Revisores Oficiais de Contas), while the type of opinion in the Statutory Audit Reports did not have a significant influence. Furthermore, a negative effect was observed for firms specialized in municipal auditing in 2023.

A Implementação de Sistemas ERP na Gestão dos Ativos Fixos Tangíveis na Administração Local: Um Estudo de Caso no Município de Macedo de Cavaleiros

Elisabete Madeira
evvmmc@gmail.com

Abstract

Contexto e relevância: A crescente exigência de transparência e eficiência na Administração Pública torna a gestão dos ativos municipais um pilar estratégico da boa governação. A digitalização e a adoção de sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) assumem particular relevância, permitindo a integração e fiabilidade da informação patrimonial nas autarquias.

O presente trabalho constitui um estudo exploratório sobre a utilização de sistemas ERP na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, analisando o seu contributo para a eficiência da gestão pública e, em particular, para a melhoria da gestão dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT).

Questão de investigação: De que forma a implementação de um sistema Enterprise Resource Planning (ERP) influencia a eficiência, o controlo e a fiabilidade da informação contabilística e patrimonial?

Objetivo: Avaliar o impacto da implementação do ERP nos procedimentos de registo, controlo e reporte dos ativos fixos, assegurando a conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) 5 e 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Metodologia: Foi seguida uma abordagem qualitativa, sob a forma de estudo de caso. Foram utilizadas análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. O estudo seguiu as etapas propostas por Yin (2018) e Patton & Appelbaum (2003). As técnicas incluíram modelação de processos e análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Resultados: Da realização do presente estudo resultou a elaboração de uma proposta de um guião de otimização da gestão dos AFT que inclui a identificação dos circuitos de informação, os procedimentos de implementação da georreferenciação para imóveis e infraestruturas e de tecnologia de identificação por radiofrequência para bens móveis e ainda um manual de boas práticas para a gestão dos AFT.

Conclusões e recomendações: Conclui-se que o uso integrado do ERP e restantes ferramentas SIG, associado a boas práticas de gestão e capacitação contínua, promove uma gestão patrimonial sustentável, transparente e eficiente. Recomenda-se a adoção de dashboards de desempenho e a implementação do manual de boas práticas, padronizando procedimentos e fomentando a melhoria contínua.

Instrumentos de Gestão Patrimonial para as Autarquias Locais

Elisabete Gomes

elisabetegome@gmail.com

Susana Silva

ssilva@ipca.pt

Abstract

O artigo tem como objetivo principal demonstrar as formas de atuação dos municípios e freguesias ao nível da gestão patrimonial, na sua vertente contabilística, pretendendo-se evidenciar as lacunas e dificuldades sentidas ao nível da gestão autárquica.

Para o efeito analisou-se a gestão patrimonial dos municípios e das freguesias da região Norte de Portugal, mediante a submissão de um questionário que teve como universo 16 municípios e 32 freguesias das 8 sub-regiões do Norte de Portugal.

A investigação permitiu aferir dificuldades apontada pelos municípios e pelas freguesias, relativamente ao reconhecimento, mensuração e depreciação dos seus ativos, sobretudo os bens de domínio público que foram cedidos sem qualquer contraprestação, bem como do capital arbóreo.

Simultaneamente, com o presente artigo pretende-se definir procedimentos e boas práticas de gestão dos bens patrimoniais públicos, podendo servir como instrumento de gestão patrimonial das autarquias.

Impacto da Inteligência Artificial no Processo da Auditoria Financeira

Agostinho Aires Pereira

agostinho.pereira@esg.ipsantarem.pt

Ricardo São João

ricardo.sjoao@esg.ipsantaremp.pt

Carolina Veiga Branco

200100061@esg.ipsantaremp.pt

Abstract

A transformação digital tem vindo a assumir um papel central na reconfiguração das profissões financeiras, em particular da auditoria financeira, ao introduzir tecnologias capazes de alterar profundamente os métodos tradicionais de obtenção e análise de evidência. Entre essas tecnologias, a Inteligência Artificial (IA) destaca-se pela sua capacidade de automatizar tarefas baseadas em regras, analisar grandes volumes de dados e identificar padrões e anomalias com maior eficiência do que os procedimentos manuais convencionais. Apesar do crescente interesse académico e profissional sobre a temática, subsiste uma lacuna na literatura relativamente à identificação concreta das etapas do processo de auditoria financeira mais suscetíveis ao impacto da IA, sobretudo no contexto português. Neste enquadramento, o presente estudo procura contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o impacto da IA na auditoria financeira, a partir da perceção dos Revisores Oficiais de Contas (ROC).

A Evolução Tecnológica na Auditoria Financeira: Entre o Potencial da IA e a Prática Profissional

Agostinho Aires Pereira

agostinho.pereira@esg.ipsantarem.pt

Ricardo São João

ricardo.sjoao@esg.ipsantaremt

Carolina Veiga Branco

200100061@esg.ipsantaremt

Abstract

Esta investigação analisa a evolução tecnológica na auditoria financeira, com especial enfoque na utilização de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) e no seu impacto na prática profissional dos Revisores Oficiais de Contas em Portugal (ROC).

A investigação seguiu uma abordagem metodológica quantitativa, baseada na aplicação de um questionário a uma amostra de ROC em exercício profissional em Portugal.

Os resultados evidenciam que, apesar de existir um conhecimento geral sobre as tecnologias de Inteligência Artificial, a sua utilização efetiva na auditoria financeira ainda é limitada. Entre as tecnologias analisadas – Robotic Process Automation (RPA), Machine Learning (ML), Natural Language Processing (NLP) e Deep Learning (DL) – o RPA destaca-se como a tecnologia mais conhecida e mais utilizada pelos ROC.

Cerca de dois terços dos inquiridos referem nunca utilizar ML, NLP ou DL nos procedimentos de auditoria, sugerindo que a adoção da IA se encontra numa fase inicial e concentrada em tarefas estruturadas e repetitivas.

Do ponto de vista estatístico, os testes realizados demonstram que variáveis como sexo, idade, habilitações literárias e anos de experiência não influenciam significativamente o conhecimento das tecnologias de IA, nem a frequência da sua utilização. Adicionalmente, verificou-se que o conhecimento das tecnologias não se traduz necessariamente numa maior utilização prática, evidenciando uma lacuna entre conhecimento teórico e aplicação operacional.

Conclui-se que a auditoria financeira em Portugal atravessa um processo gradual de transformação digital, no qual a IA é reconhecida como instrumento de apoio com potencial para aumentar a eficiência e a qualidade dos procedimentos, sem substituir o julgamento profissional e o ceticismo do auditor.

Como contributo científico, o estudo acrescenta evidência empírica recente sobre o contexto português, ainda pouco explorado na literatura.

Apesar das limitações associadas à dimensão da amostra ($n = 15$), os resultados revelam-se empiricamente válidos, permitindo retirar conclusões relevantes.

Convergência Semântica e Fragmentação Operacional na Mensuração da Condição Financeira Municipal: Evidências de Uma Revisão Sistemática da Literatura

Gilderlanio Holanda

gilholanda2@gmail.com

Josedilton Diniz

josedilton@gmail.com

Adriana Rodrigues

adriana.silva@esg.ipsantarem.pt

Abstract

A mensuração da condição financeira municipal contribui não só para a transparência, mas também para o fortalecimento da accountability fiscal. Nesse contexto, este estudo sistematiza indicadores, dimensões conceituais e finalidades analíticas utilizados na literatura recente (2020–2025) para mensurar a condição financeira de governos locais no Brasil e/ou em Portugal. Para tanto, foi conduzida uma Revisão Sistemática da Literatura, reportada conforme o PRISMA 2020, com buscas nas bases Scopus e Web of Science, as quais foram complementadas pelo Consensus App, resultando em amostra final de 24 artigos revisados por pares. Em síntese, os achados indicam convergência terminológica em torno do constructo; contudo, evidenciam elevada heterogeneidade operacional, com 66 indicadores distintos. Além disso, predomina a estratégia multimétrica baseada em indicadores desagregados, com maior incidência no Brasil (48,6%) e em Portugal (31,9%), bem como concentração dimensional em Vulnerabilidade, Autonomia Financeira, Gestão Fiscal e Solvência de Caixa. Adicionalmente, observa-se associação entre tipo de indicador e finalidade analítica: diagnósticos e explicação de determinantes são mais frequentes com métricas desagregadas, ao passo que indicadores compostos aparecem relativamente mais em diagnóstico e monitoramento. Por fim, conclui-se que a ausência de equivalência métrica e a sub-representação de dimensões estruturais, como Sustentabilidade e Solvência do Nível de Serviço, limitam a comparabilidade e a cumulatividade do conhecimento; assim, reforça-se a necessidade de maior clareza conceitual e metodológica em pesquisas futuras.

Portuguese Public Sector Accounting Reform and Politicians: A case of Accounting Language in Central Administration

Renaldo Marques

renaldo_marques@hotmail.com

Sónia P. Nogueira

sonia@ipb.pt

Luís Viana

lviana@iscsp.ulisboa.pt

Abstract

This paper aims to understand how politicians' playing in public sector accounting (PSA) reforms, namely by issuing legal acts and reports, contribute to the success or failure outcome of those processes. It considers the standpoint of politicians as supposedly promoters of PSA reforms, given that they approve the main legal acts allowing the change to happen and are responsible for the overall governance and management of the public administration.

The research takes Portugal as setting, where PSA reforms started with the coercive institutional pressure and resource dependency from the Troika in 2011, and an IPSAS-based system was legally approved in 2015. It is framed by institutional approaches, drawing on document content analysis of legislation and reports concerning the State Budget and the State General Account, published after 2015. It innovates in the design by using accounting language to assess the reform achievement – it analyses the implementation of change through the identification of accrual accounting vocabulary reflected in those documents.

The results show a policy-practice decoupling as the accounting practices related to the public administration bureaucratic institutional logic, associated with the cash-based budgetary accounting, prevail despite the changes in legislation (policy) towards an accrual-based and management logic.

At the last instance, the paper evidences the relationship of politicians with PSA reforms. In Portugal, while this may have been initially an apparently friendly relationship, later it became rather awkward at the point of politicians almost passing from main promoters to major inhibitors of the process.

Fatores Determinantes do Comportamento Inovador dos Profissionais de Controle Externo dos Tribunais de Contas Brasileiros

Flávio Luiz Lara

flaviopfl@hotmail.com

Fernando de Souza Coelho

fernandocoelho@usp.br

Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr

larafehr@ufu.br

Abstract

A inovação é a criação de novas realidades, por ser ao mesmo tempo o processo e o resultado de fazer existir algo que não havia e por extensão, também, dar novo feitiço ou utilidade a algo que já existia Plonski (2017). A implementação de mudanças nas práticas gerenciais requer mudanças no comportamento organizacional das empresas e na “máquina pública” não é diferente. Este artigo teve por objetivo investigar os fatores determinantes do comportamento inovador pelos profissionais do controle externo dos Tribunais de Contas Brasileiros. O embasamento teórico para o seu desenvolvimento, concentra-se na Teoria do Comportamento Planejado desenvolvida por Ajzen (1991). Sob esta sustentação teórica, foi realizada uma survey com profissionais do controle externo, utilizando uma amostra de 40 respostas válidas, realizou-se análise descritiva e de conteúdo para as questões abertas. Os achados da pesquisa evidenciam que os respondentes declararam que um comportamento inovador no desempenho de suas funções traria grande satisfação pessoal (72,5%), a atitude do indivíduo afeta o comportamento inovador; que atuar com inovação possibilitará discutir com profissionais de outros órgãos públicos (72,5%); e que se tiverem uma oportunidade poderiam atuar de forma inovadora (87,5%). Adicionalmente, verificou-se que que a atitude, a norma subjetiva e o controle percebido podem afetar positivamente o comportamento dos profissionais de controle externo para desenvolvimento da inovação junto aos Tribunais de Contas ao qual atuam. Estes resultados em conjunto denotam que os profissionais de controle externo possuem em suas ações os fatores que compõem a Teoria do Comportamento Planejado. Com esta pesquisa, buscou-se fornecer um análise mais ampla acerca de variáveis que buscam explicar o processo de formação da intenção inovadora.

Efeito dos Bens de Domínio Público na Qualidade da Informação Financeira dos Municípios Portugueses

Didier Carvalho

a58435@alunos.ipb.pt

Jorge Alves

jorge@ipb.pt

Nuno Moutinho

nuno.moutinho@eeg.uminho.pt

Abstract

O objetivo deste estudo é compreender o efeito dos Bens de Domínio Público (BDP) sobre a Qualidade da Informação Financeira (QIF) das autarquias (municípios) em Portugal. A QIF é um tema cada vez mais relevante, e há diversos estudos sobre este tema no âmbito das entidades públicas, sendo que, no contexto português, ainda é pouco explorado. Assim, o presente trabalho pretende investigar o efeito dos BDP sobre a QIF dos municípios. Com base nos dados dos municípios em Portugal, recolhidos do site do portal autárquico, para o período entre 2019 e 2023, foi realizada uma análise de regressão. Os resultados obtidos permitem concluir que os municípios em que os BDP têm maior relevância nas contas apresentam QIF superior. A evidência empírica confirma esta relação por meio da correlação negativa entre a proxy da QIF e o peso dos BDP no balanço, demonstrando que, à medida que aumenta o peso dos BDP no balanço, os desvios discricionários diminuem, o que reflete maior transparência. Assim, os números demonstram que os municípios que valorizam e registam adequadamente os BDP apresentam demonstrações financeiras mais transparentes e fiáveis, fortalecendo a prestação de contas e a confiança dos cidadãos e das entidades fiscalizadoras. Contudo, verifica-se que nos anos em que há eleições, a QIF é menor do que nos restantes anos.

Proximity-based VET: Evidence from Sewing and Gastronomy Courses in João Pessoa, Brazil

Aluisio Souto
aluisiosouto@gmail.com

Ana Souto
anaf.lins@gmail.com

Abstract

The growing demand for transparency, efficiency and public value creation has reinforced the role of public sector accounting as a key instrument for accountability and decision-making in public administrations. In this context, vocational education targeted at economically vulnerable populations represents a strategic policy field for assessing the efficiency and effectiveness of public expenditure. This paper evaluates the Espaços Inovativos Project from the perspective of per capita cost and the quality of vocational education provided, drawing on empirical evidence from gastronomy and sewing training programmes implemented in the city of João Pessoa, Paraíba, Brazil. The study adopts a documentary and financial analysis of project execution reports, focusing on cost structure, completion rates and territorial coverage. The findings indicate completion rates of 78% in gastronomy and 74% in sewing, combined with per capita costs significantly lower than those observed in conventional vocational training institutions either private and public. Moreover, the territorial proximity of training facilities to the target population emerges as a critical efficiency driver, contributing to reduced indirect costs and lower dropout risks. The paper concludes that the Espaços Inovativos Project constitutes a relevant good practice in results-oriented public management. It demonstrates how cost information, when systematically produced and used, strengthens accountability, supports evidence-based decision-making and contributes to public value creation in vocational education policies.

Accrual Budgeting: Institutional Pressures for Adoption and Resistance to Implementation

Bruno Sobreira da Silva
brunosobreirasilva@hotmail.com

Luís Cracel Viana
lviana@iscsp.ulisboa.pt

Abstract

This article examines the reasons that lead to the adoption of accrual budgeting into the Portuguese State Budget and the main difficulties that hindered its implementation based on a qualitative case study, supported by document analysis and 17 semi-structured interviews with experts on the subject. We applied a theoretical framework integrating the New Sociological Institutionalism and the New Historical Institutionalism, and the concept of policy-practice decoupling. The findings suggest that coercive pressures explain the formal adoption of accrual budgeting in a context of financial assistance, while institutional inertias, as lack of political will, historical paths and cultural resistances are the elements that restrain an effective implementation, producing policy-practice decoupling phenomena between a reformist speech and its effective implementation. The paper contributes to public financial management reforms literature by articulating sociological and historical mechanisms that explain the distance between normative adoption and practical execution. It provides policymakers with empirical evidence that could be useful for future reform initiatives.

MEI como Ferramenta de Inclusão Produtiva: Um Estudo com Empreendedores dos Bairros de Mangabeira e Trincheiras, em João Pessoa – PB

Ana Souto

anaf.lins@gmail.com

Aluisio Souto

aluisiosouto@gmail.com

Abstract

This article analyses the role of the Individual Microentrepreneur (MEI) as an instrument for productive and social inclusion in urban territories marked by socioeconomic vulnerability, focusing on entrepreneurs from the neighbourhoods of Mangabeira and Trincheiras, in the municipality of João Pessoa, Brazil. The study is grounded in the experience of the university extension project Espaços Inovativos – Inovatec-JP, which offered training courses in gastronomy and sewing combined with entrepreneurial capacity-building activities and legal formalization support. Methodologically, the research adopts a qualitative, descriptive and exploratory approach, based on action research, with data collected through semi-structured interviews, direct observation and monitoring of the formalization process. The results indicate that MEI registration, when mediated by continuous technical and pedagogical support, contributes to increased economic security, income enhancement and the strengthening of participants' economic citizenship. The findings also demonstrate that formalization alone is insufficient to ensure sustainable productive inclusion, highlighting the essential role of integrated university extension actions in promoting effective inclusion in peripheral and socially vulnerable contexts.

The Financial Performance in Portuguese Private Sector Hospitals: Evidence from a DuPont-Based Analysis Before and During Covid-19

Tiago Fernandes
tmiguelbf92@gmail.com

Alcina Nunes
alcina@ipb.pt

José Lopes
jlopes@ipb.pt

Abstract

Financial performance is a central indicator of organizational sustainability and efficiency, particularly in capital-intensive sectors such as healthcare. This study examines the financial performance of private sector hospitals in Portugal and identifies its main determinants before and during the Covid-19 pandemic. Financial performance is proxied by return on equity (ROE), while the explanatory variables comprise the five components of the extended DuPont model and the current ratio. Firm-level data were collected from the SABI database and analyzed using multiple linear regression estimated by the ordinary least squares (OLS) method. The empirical results show that many private hospitals reported positive net income and positive shareholders' equity throughout the period analyzed. For 2019, EBIT margin and the financial leverage effect were identified as the main statistically significant determinants of ROE. These results remain consistent in 2020, indicating the robustness of operational profitability and leverage in explaining financial performance. Moreover, the findings provide evidence of a negative impact of the Covid-19 pandemic on the financial performance of private hospitals, suggesting increased financial pressure during the crisis period.

Efeitos da Condição Financeira sobre o Desenvolvimento Sustentável Municipal

Gilderlanio Holanda
gilholanda2@gmail.com

Josedilton Diniz
josedilton@gmail.com

Janiele Ursulino
gilholanda53@gmail.com

Abstract

Este estudo investiga os efeitos da condição financeira municipal sobre o desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros no período de 2021 a 2023. A condição financeira foi construída por meio da técnica de Análise de Componentes Principais (PCA), utilizando indicadores dos modelos de Brown (1993), CICA (1997) e Wang et al. (2007). Após refinamentos e testes de adequação, nove componentes principais foram extraídos, explicando 79,35% da variância. Esses componentes foram consolidados em um indicador composto da condição financeira municipal. O desempenho em desenvolvimento sustentável foi mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), enquanto as dimensões do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), relacionadas à saúde, educação e emprego, foram utilizadas como variáveis de controle. A análise foi conduzida por meio de regressão quantílica ($\alpha = 0.10; 0.25; 0.50; 0.75; 0.90$) para lidar com outliers. Os resultados indicam que uma condição financeira robusta está associada a um maior desenvolvimento sustentável, com variações no impacto conforme o nível de desempenho nos quantis. As implicações sugerem que a solvência fiscal, a autonomia financeira e a flexibilidade orçamentária são cruciais para o avanço dos municípios na Agenda 2030. Limitações incluem a janela temporal curta e a dependência do índice agregado do IDSC-BR. Não obstante, as interpretações consideram limitações: janela temporal curta, uso do IDSC agregado, sensibilidade da PCA à seleção/padronização de indicadores, presença de outliers e perdas amostrais por dados indisponíveis.

Saúde + João Pessoa: Digitalização da Gestão da Saúde Pública como Instrumento de Accountability e Apoio à Tomada de Decisão no Setor Público

Ana Zaccara

anazaccara@gmail.com

Edvaldo Vieira da Rocha Filho

edvaldorpg@gmail.com

Lillian dos Santos Carvalho

lila.dosantos@gmail.com

Abstract

A crescente complexidade da gestão pública tem reforçado a necessidade de sistemas de informação capazes de produzir dados confiáveis, tempestivos e integrados, que subsidiem a tomada de decisão, o controle e a accountability no setor público. No contexto da saúde pública, tais exigências tornam-se ainda mais relevantes devido ao elevado volume de recursos envolvidos e à necessidade de assegurar transparência e eficiência na prestação dos serviços. Este artigo tem como objetivo analisar a experiência de implantação do sistema informatizado Saúde + João Pessoa, destacando o seu contributo para o fortalecimento da accountability e para o apoio à tomada de decisão na gestão da saúde pública municipal. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e descritiva, baseado na análise de relatórios técnicos de desenvolvimento e implantação do sistema. Os resultados evidenciam que a digitalização e a integração dos processos assistenciais e administrativos contribuíram para a melhoria do controle interno, da rastreabilidade das informações, da transparência e da qualidade dos dados disponíveis aos gestores públicos. Conclui-se que o sistema Saúde + João Pessoa se configura como uma ferramenta relevante de apoio à accountability e à governança pública, reforçando o papel da informação produzida no contexto da contabilidade pública para a tomada de decisões mais eficientes e responsáveis.

Study on the Monitoring of Corruption Risk Management Plans and Related Offences in Portuguese Public Higher Education

Sara Serra

sserra@ipca.pt

Sandra Cunha

scunha@ipca.pt

Luís Melo

a13561@alunos.ipca.pt

Abstract

Corruption is an increasingly widespread problem in our society, affecting virtually all sectors, including education. Within this context, this study focused on analyzing the monitoring of Corruption Risk Management Plans and Related Offences (PGRCIC) in public higher education institutions in Portugal, to understand how these documents are monitored, the frequency of monitoring, and the existence, composition and responsibilities of the monitoring team. To this end, a questionnaire was drawn up and sent by email to all public higher education institutions in Portugal.

The data collected led to the conclusion that, based on the responses obtained, most public higher education institutions in Portugal classify the level of corruption in higher education as moderate. The hiring of teachers is the area perceived as having higher levels of corruption compared to other areas. It was also concluded that 87% of entities disclose their PGRCIC, and of these, 62% disclose this plan internally. PGRCIC monitoring is carried out by 62%. The results also show that 50% of public higher education institutions in Portugal refer to have a PGRCIC implementation rate above 75%.

Despite its limitations, this study is innovative and contributes to expanding knowledge about corruption prevention practices in public higher education institutions in Portugal.

Budgetary Credibility and Earnings Management: An Exploratory Analysis for Portuguese Municipalities

Jorge Alves

jorge@ipb.pt

Nuno Moutinho

nuno.moutinho@eeg.uminho.pt

Carlos Menezes

menezes@eeg.uminho.pt

Alexandra Fontes

alexandrafontes@eeg.uminho.pt

Abstract

This study investigates the relationship between budget credibility and earnings management in the public sector, analyzing all 308 Portuguese municipalities. The methodology employs discretionary accruals (DAC) and uses a linear regression to evaluate its impact on budget credibility. Empirical results support the hypothesis that earnings management practices negatively affect budget credibility. Specifically, the findings reveal a positive, statistically significant association between DAC and budget deviations, indicating that greater accounting manipulation is associated with weaker budget execution. Control variables indicate that municipality size is positively associated with higher budget credibility, while higher capital transfers are associated with larger budget discrepancies. The study concludes that discretionary accounting choices impair the reliability of financial signals, undermining stakeholders' ability to evaluate budget performance and hold officials accountable. These findings highlight that accounting quality is a critical determinant of budgetary transparency at the municipal level.

Revisão Temática da Adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS) nos Países em Desenvolvimento

Clemente Lourenço
clementelourenco@gmail.com

Maria Tavares
mariatavares@ua.pt

Abstract

O presente artigo apresenta uma revisão temática da literatura sobre a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS) tem sido amplamente promovida como um instrumento central para o reforço da transparência, da accountability e da eficiência na gestão financeira pública, sobretudo nos países em desenvolvimento. A temática insere-se no âmbito das reformas da gestão financeira pública e da Nova Gestão Pública, as IPSAS visam harmonizar práticas contabilísticas públicas e melhorar a qualidade, comparabilidade e fiabilidade da informação financeira do sector público. Este artigo tem como objectivo realizar uma revisão temática aprofundada da literatura científica sobre a adopção e implementação das IPSAS nos países em desenvolvimento, identificando as principais motivações, benefícios, desafios, impactos institucionais e lacunas de investigação. Metodologicamente, recorre-se a uma revisão temática de estudos publicados entre 2020 e 2026 em revistas científicas internacionais indexadas. Os resultados evidenciam que, embora a adopção das IPSAS esteja associada a melhorias na transparência, na eficiência da alocação de recursos e no acesso a financiamento internacional, a sua implementação é frequentemente parcial e condicionada por limitações institucionais, financeiras, técnicas e políticas. Conclui-se que a eficácia das IPSAS nos países em desenvolvimento menos depende da adopção formal das normas e mais do fortalecimento institucional, da capacitação dos recursos humanos, da adequação dos sistemas de informação e do compromisso político com reformas estruturais sustentáveis.

Characteristics of Efficient Merged Public Hospitals

Natália Macedo

d14015@eeg.uminho.pt

Anabela Silva

anabela@eeg.uminho.pt

Amélia Silva

acfs@iscap.ipp.pt

Abstract

The Portuguese hospital sector has reflected the influence of New Public Management (NPM), with hospital mergers, advocated by Efficiency Theory, being one of the instruments used to promote resource rationalisation and the sustainability of the public health system. This study assesses the characteristics of hospitals that influence the cost efficiency of merged public hospitals. A quantitative approach was adopted using Data Envelopment Analysis (DEA) and Tobit Regression. The results indicate that not all hospital characteristics have a significant impact on cost efficiency: size (number of beds) and legal status are not determinants, while case complexity (ICM) has a negative and statistically significant relationship with cost efficiency; university hospitals are, on average, less efficient than non-university hospitals. In general, the evidence is partially aligned with New Public Management (NPM) and Efficiency Theory.

Valor Público do Sistema de Informação dos Municípios Portugueses: Big Data aplicada ao Reporte Anual

Rute Abreu

ra@ipg.pt

Filipe Caetano

caetano@correo.ugr.es

Sara Nunes

sara@ipcb.pt

Francisco Carreira

francisco.carreira@esce.ips.pt

Liliane Segura

lilianecristina.segura@mackenzie.br

José-Ángel Pérez-López

jangel@us.es

Ana Vasconcelos

ana.svasconcelos@ufpe.br

Abu Naser

a.naser1@londonmet.ac.uk

Ana Clara Borrego

anaclara@ipportalegre.pt

Abstract

A pressão regulatória e social sobre transparência, responsabilidade e divulgação de sustentabilidade no setor público tem vindo a intensificar-se. Contudo, persiste uma lacuna metodológica relevante: a maioria dos modelos municipais de alerta precoce continua dependente de baterias tradicionais de indicadores financeiros, negligenciando o valor informacional contido no texto dos relatórios anuais e a complexidade analítica associada a abordagens de big data. Este artigo irá avaliar o valor público da divulgação dos relatórios anuais municipais e o impacto das taxas de crimes municipais, associando a resiliência financeira e a melhoria da capacidade de deteção precoce de risco fiscal.

A investigação analisa o universo completo dos 308 municípios portugueses entre 2008 e 2024, combinando informação estruturada proveniente das demonstrações financeiras com dados não estruturados extraídos das narrativas do relatório de gestão, complementados por estatísticas públicas de diferentes entidades, com desagregação municipal, ao nível dos crimes. A avaliação empírica segue uma estratégia de validação temporal rigorosa, acompanhada por painéis de robustez que reforçam a credibilidade dos resultados.

Os principais resultados indicam que municípios com maior qualidade de divulgação apresentam níveis superiores de resiliência financeira e que a incorporação sistemática da componente textual acrescenta poder preditivo relevante à identificação precoce de risco fiscal. Estes ganhos são mensuráveis face a modelos baseados exclusivamente em rácios ou indicadores.

O artigo propõe, assim, uma análise baseada na accountability aplicada à gestão municipal e à supervisão pública, sustentada em alertas explicáveis e rastreáveis, baseadas nas taxas de crime. Esta abordagem reforça a transparência, a confiança institucional e a governação baseada em evidência, demonstrando que os relatórios anuais podem evoluir de instrumentos formais de prestação de contas para infraestruturas ativas de decisão e valor público.

How is Financial Information Used Politically in Italian and Portuguese Municipalities?

Sónia P. Nogueira

sonia@ipb.pt

Sandro Brunelli

brunelli@economia.uniroma2.it

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Anna Francesca Pattaro

afpattaro@unimore.it

Abstract

This paper explores the measurement of the use of financial information (FI) by politicians at the local level. It develops a comparative study between Portuguese and Italian municipalities. The use of FI is analysed in different political settings for financial decision-making and accountability, namely considering council meetings discussing the annual budget and accounts.

The comparative case studies evidenced that, even if admitting some misunderstanding of use of accrual-based terms in the Italian context, cash-based information continues to be preferred, and the most important moment when politicians use this type of information in in local councils' meetings discussing the annual budget.

When adapting the FIU Index first proposed by Jorge et al. (2024) to a comparative-international perspective, the choice of the terms to be included becomes the main challenging task. Allocating terms to budget-, cash-, accrual- or financial statement-type of information is not straightforward. Despite theoretical and literature bases, some terms can bridge between different spheres, according to specificities of the country's accounting framework. This underlines the need to include in the FIU Index research teams, people knowing specificities of the country's accounting language, so the measurement instrument to be developed can be broadly applied.

Implementação do Balanced Scorecard numa Instituição de Ensino Superior Público: Estudo de Caso do Instituto Politécnico de Bragança

Helena Ribeiro

halmada49@gmail.com

Nuno Ribeiro

nunoa@ipb.pt

António Fernandes

antoniof@ipb.pt

Abstract

A crescente competitividade no ensino superior, impulsionada pelo Espaço Europeu de Ensino Superior, tem reforçado a importância da qualidade e da criação de valor para os stakeholders. Contudo, muitas instituições ainda apresentam fragilidades na gestão estratégica. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a aplicação do Balanced Scorecard (BSC) numa instituição pública de ensino superior, o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), enquanto instrumento de apoio à implementação da estratégia. A investigação segue uma abordagem de estudo de caso, centrada na análise de uma instituição pública de ensino superior no seu contexto real. A recolha de dados incluiu a análise documental dos objetivos estratégicos da instituição, posteriormente enquadrados nas perspetivas do BSC, e a aplicação de um questionário aos órgãos de gestão, destinado a avaliar a importância atribuída aos objetivos estratégicos para posterior construção de um mapa estratégico. Os resultados obtidos permitem concluir que o BSC se revela uma ferramenta adequada ao contexto do IPB, constituindo um modelo vantajoso para a clarificação da estratégia e para o alinhamento institucional. De uma forma geral, a aplicação do BSC em Instituições de Ensino Superior Públicas requer algumas adaptações, em função dos seus objetivos e da cultura estratégica existente, sendo a perspetiva financeira aquela que mais ajustamentos exige. Neste contexto, o foco desloca-se do desempenho financeiro para a satisfação dos estudantes e para a criação de valor público. Adicionalmente, os resultados evidenciam que a inclusão da perspetiva da sustentabilidade, conforme proposto neste estudo, se mostra pertinente e fortemente recomendável, refletindo o compromisso das instituições com a responsabilidade social, ambiental e regional.

Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Uma abordagem histórica e reflexiva

Jeremias Arraes

jeremiasarraes@gmail.com

Abstract

O presente artigo trata-se de uma reflexão teórica sobre planejamento governamental e gestão pública no Brasil. A pesquisa visa contribuir com o debate da sobre a influência da cultura portuguesa na formação do Estado brasileiro, planejamento governamental e planejamento estratégico no Brasil. O estudo possui uma parte histórica desde a chegada da coroa portuguesa ao Brasil em 1808 até as tentativas de implantação de um planejamento estratégico no Brasil nos dias atuais. O estudo reflexivo ressalta as diversas culturas que influenciaram a administração pública brasileira e que os últimos planos governamentais parecem apresentar sempre o mesmo conteúdo com nomenclaturas diferentes, mostrando que existe uma deficiência na estratégia, no condutor das ações e na descentralização do plano que deveria partir da autoridade máxima de governo.

Digital Transformation in Municipalities and Accountability: Integrating Transparency, Efficiency and Anti-Corruption Mechanisms

Isabel Maldonado

imaldonado@iscap.ipp.pt

Paulo Pires

paulo.pires@iscap.ipp.pt

Carlos Pinho

cpinho@ua.pt

Helena Costa Oliveira

helena@iscap.ipp.pt

Abstract

Local authorities manage significant public resources and deliver core services, making accountability a central concern in public accounting and local governance. Although digitalization is widely promoted as a lever for transparency, efficiency and integrity, empirical evidence remains fragmented and often produces mixed results across municipal contexts. This paper, through an integrative synthesis of recent literature, develops a mechanism-based and context-sensitive framework to structure research on how digitalization strengthens local authority accountability. The framework distinguishes digitalization capabilities (infrastructure and interoperability, data governance and information quality and human/organisational capacity) from the accountability mechanisms they enable, including transparency mechanisms (open data, e-procurement visibility, audit trails), performance and service-quality mechanisms (process automation and e-service quality) and integrity mechanisms (monitoring, red-flag systems, reporting and feedback loops). These mechanisms produce domain outcomes in transparency, efficiency/service quality and anti-corruption, culminating in overall accountability outcomes defined as answerability, enforceability and trust/legitimacy. The model further specifies boundary conditions, as governance environment, institutional readiness, leadership and change capacity and digital inclusion, that moderate effect size and direction, including the possibility of pro-corruption effects where enforcement is weak. The paper concludes with an operationalization matrix and guidance for future empirical designs using administrative, procurement, audit and citizen survey data.

Accounting on Water and Sustainable Development Goals: How can Management Control Systems Help?

Helena Saraiva

helenasariava@ipg.pt

Sanjaya Kuruppu

sanjaya.kuruppu@unisa.edu.au

Vítor Manuel de Gabriel

vigab@ipg.pt

Maria-Ceu Alves

mceu@ubi.pt

Abstract

Purpose – This paper aims to analyse the results of a Balanced Scorecard (BSC) utilization in an organisation from the water sector, highlighting the role that Management Control Systems (MCS), can play to encompass the attainment of the Sustainable Development Goals targets.

Design/methodology/approach – A case study was used to describe how the BSC can contribute to a significant improvement in MCS, by managing differentiated goals. The identification of research gaps concerning to the role that hybrid organizations can assume in themes related either to sustainability or to management accounting is derived from literature review and discussion. The analysis of a longitudinal case of BSC use in a hybrid organisation is conducted.

Findings – The contribution brought by accounting systems to sustainability issues, through the definition of indicators, which can translate the SDG targets into the core of the companies' strategy, is highlighted. Since the study was conducted in a hybrid company of the public sector, we also identified the potential for introducing this kind of innovation by internal entrepreneurs.

Practical implications – We present contributions to the literature concerning performance measurement tools which allow a balanced control of both social goals and financial performances in a hybrid organisation. This paper can be used as a model, for managers who want to implement the BSC, in a company from the water sector.

Originality/value – This paper addresses two research gaps in MCS literature on hybrid companies: firstly, the successful use of the classic BSC model, rather than the use of adapted versions of the BSC, which is widely suggested and reported in literature; secondly, this study shows the contribution that MCS such as the BSC can bring to the definition of indicators related to the attainment of the SDG.

Modelo Pay-As-You-Throw na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

Andreia Cunha

andreaifocunha@hotmail.com

Liliana Pimentel

liliana.pimentel@fe.uc.pt

Catarina Frade

cfrade@fe.uc.pt

Abstract

O modelo Pay-As-You-Throw (PAYT) surgiu no final do século passado inicialmente em países da Ásia e também nos Estados Unidos da América, e só mais tarde na Europa. Este modelo propõe a cobrança de resíduos sólidos urbanos com base na quantidade produzida, o que quer dizer que quem mais produz, mais paga. Consequentemente, recompensa os cidadãos que adotam práticas de reciclagem e hábitos de consumo sustentáveis.

Este documento começa por apresentar o enquadramento legal e a relação do modelo com a sustentabilidade, destacando o papel dos municípios e do Estado. Seguidamente, aborda-se a forma de implementação do PAYT, os mecanismos de identificação dos utilizadores, os métodos de medição dos resíduos, os diferentes modelos de cobrança existentes, bem como os benefícios e impactos associados à sua aplicação. Por fim, analisa-se o comportamento dos consumidores e, sobretudo, a aceitação social.

A caracterização da situação em Portugal revelou que apenas 6 dos 308 municípios implementam, de forma efetiva, o PAYT. Apesar de se tratar de uma abordagem ainda recente, os resultados obtidos até ao momento têm sido positivos. Pretende-se que mais municípios sigam esta tendência, promovendo uma gestão mais sustentável dos resíduos, de acordo com os objetivos da União Europeia para 2025 definidos na Diretiva 2008/98/CE.

Reconhece-se, no entanto, a existência de receios e dúvidas quanto à implementação do PAYT, relacionados com o investimento inicial considerável, a aceitação social e a adaptação do modelo às especificidades locais. Por esse motivo, este documento inclui recomendações e sugestões de boas práticas que podem apoiar a implementação mais eficaz.

A Mensuração da Sustentabilidade na Contabilidade Pública: Aplicação da NCP 27 do SNC-AP ao Reconhecimento de Ativos e Passivos Ambientais

Ricardo Pinheiro

ricapinheiro@gmail.com

Carlos Menezes

menezes@eeg.uminho.pt

Carlos Lobo

carloslobo@fd.ulisboa.pt

Abstract

Este artigo desenvolve e fundamenta um enquadramento para a integração da sustentabilidade ambiental no núcleo dos sistemas formais de contabilidade pública, através do reconhecimento patrimonial de ativos e passivos associados ao carbono. Partindo de uma abordagem conceptual e normativa, o estudo constrói uma arquitetura contabilística alinhada com a Norma de Contabilidade Pública 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), articulando-a com os desenvolvimentos normativos europeus e internacionais mais recentes, designadamente a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), os European Sustainability Reporting Standards (ESRS) e as normas IFRS S1 e S2.

O artigo propõe um modelo integrado para (i) o reconhecimento de emissões de gases com efeito de estufa como provisões ambientais, (ii) a mensuração de créditos de carbono como ativos intangíveis e (iii) o tratamento contabilístico de mecanismos de compensação climática. A metodologia é operacionalizada através de aplicações ilustrativas em dois contextos institucionais distintos: uma autarquia local sujeita ao SNC-AP e uma entidade comunitária de gestão de baldios enquadrada no SNC-ESNL.

Ao deslocar o foco do relato não financeiro para o reconhecimento patrimonial no balanço, o estudo contribui para o debate internacional sobre a articulação entre sustentabilidade e contabilidade financeira no setor público. Argumenta-se que, quando institucionalmente densificados e operacionalizados através de mecanismos mensuráveis, determinados compromissos climáticos podem configurar obrigações suscetíveis de reconhecimento contabilístico, reconfigurando as fronteiras da accountability pública. Simultaneamente, demonstra-se como a incorporação do carbono nos sistemas contabilísticos financeiros participa na construção da governabilidade climática, ao transformar externalidades ambientais em objetos calculáveis e auditáveis.

O artigo contribui, assim, para a literatura em contabilidade pública e sustentabilidade ao propor um enquadramento tecnicamente coerente e conceptualmente problematizado para a integração do carbono no perímetro contabilístico formal, reconhecendo simultaneamente as tensões normativas e os limiares de reconhecimento inerentes a este processo.

A Resiliência Financeira Governamental: Capacidade de Adaptar-se e Manter a Estabilidade em Tempos de Crise

Liliana Pimentel

liliana.pimentel@fe.uc.pt

Cássio Borges Fernandes

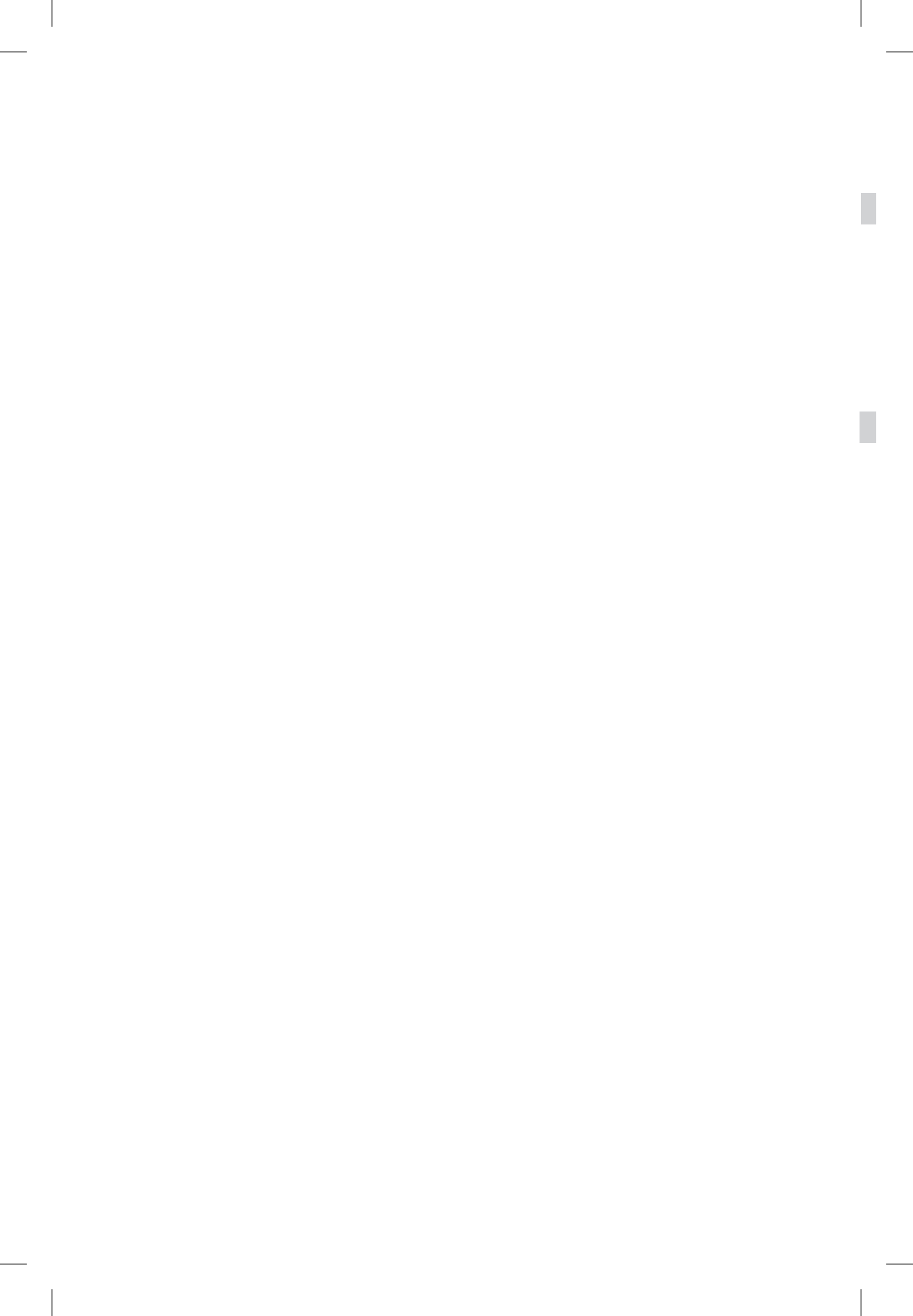
cassio.fernandes2@estudante.ufla.br

Ricardo Joaquim

ricardo.joaquim@fe.uc.pt

Abstract

A resiliência financeira governamental refere-se à capacidade dos governos de resistir e se adaptar a choques financeiros e crises econômicas, mantendo a estabilidade fiscal e a continuidade na prestação de serviços públicos. Esse conceito ganhou importância crescente diante de crises econômicas globais e da pandemia de COVID-19, que desafiaram a sustentabilidade financeira de muitos entes públicos. Dada a relevância do tema, o objetivo principal desta revisão integrativa é explorar as diferentes abordagens teóricas e práticas sobre como esses fatores influenciam a capacidade dos governos de lidar com crises. A revisão integrativa envolveu a seleção e análise de 19 artigos que abordam aspectos fundamentais da resiliência financeira. Os resultados mostraram uma diversidade de enfoques, com destaque para o impacto da pandemia, as estratégias pós-pandemia e as crises econômicas como temas predominantes. Os resultados mostram que os governos adotam uma variedade de estratégias e abordagens para lidar com crises e manter a resiliência financeira. Essas abordagens incluem a adaptação das práticas contábeis e da gestão financeira para mitigar impactos negativos, enfrentar desafios relacionados à manutenção de serviços essenciais durante crises como a pandemia de COVID-19, e implementar mudanças na orçamentação pública. Além disso, destaca-se a importância da integração de tecnologias avançadas e de uma análise de dados robusta para a tomada de decisões em tempos de crise, bem como a precisão nas práticas orçamentárias para fortalecer a resiliência financeira. Os estudos sobre resiliência financeira governamental revelam uma diversidade de metodologias, com ênfase em abordagens qualitativas até 2021 e aumento das quantitativas após esse período. Os principais indicadores incluem a capacidade de poupança, dependência de transferências, endividamento e flexibilidade orçamentária, que medem a capacidade dos governos de manter a estabilidade fiscal em crises.



COMISSÃO ORGANIZADORA

Álvaro Costa, Ordem dos Contabilistas Certificados
Carlos Menezes, Ordem dos Contabilistas Certificados
Elsa Esteves, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança
Sónia Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente: Sónia Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Alexandra Carvalho, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Amélia Silva, CEOS.PP, ISCAP, Politécnico do Porto, Portugal
Ana Calado Pinto, APPM e Associados, SROC, Portugal
Anna Francesca Pattaro, Universidade de Modena e Reggio Emilia, Itália
Anne Stafford, Universidade de Manchester, Reino Unido
António Dias, UTAD, Portugal
Armindo Lima, ISVOUGA, Portugal
Augusta Ferreira, Universidade de Aveiro, Portugal
Bernadino Benito López, Universidade de Murcia, Espanha
Carlos Borralho, Instituto Politécnico de Beja, Portugal
Carlos Larrinaga, Universidade de Burgos, Espanha
Carlos Menezes, Universidade do Minho, Portugal
Carolyn Cordery, Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia
Cláudia Pereira, ISCAP, Portugal
Cláudia Teixeira, ISCAP, Portugal
Conceição Tavares, Universidade de Aveiro, Portugal
Cristina Góis, ISCAC, Portugal
Dante Júnior, ISEG, Portugal
Delfina Gomes, Universidade do Minho, Portugal
Esther Ortiz, Universidade de Murcia, Espanha
Eugenio Caperchione, Universidade de Modena e Reggio Emilia, Itália
Francesca Rossi, Universidade de Salerno, Itália
Garry Carnegie, RMIT Universidade, Austrália
Isabel Brusca, Universidade de Zaragoza, Espanha
Joaquim Leite, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Jorge Alves, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
José Matias-Pereira, Universidade de Brasília, Brasil
José Pires dos Reis, Instituto Politécnico de Beja, Portugal
Josette Caruana, Universidade de Malta, Malta
Karen McBride, Universidade de Portsmouth, Reino Unido

Liliana Pimentel, Universidade de Coimbra, Portugal
Luís Viana, Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP-ULisboa, Portugal
Marco Bisogno, Universidade de Salerno, Itália
Maria Conceição Marques, ISCAC, Portugal
Maria Elisabete Neves, ISCAC, Portugal
Maria João Major, ISCTE, Portugal
Maria José Fernandes, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Marta Guerreiro, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal
Nuno Ribeiro, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Patrícia Quesado, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Patrícia Gomes, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Patrícia Varela, Universidade de São Paulo, Brasil
Paula Santos, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Paulo Sérgio Santos, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Pedro Pinheiro, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Ricardo Rocha de Azevedo, Universidade de São Paulo, Brasil
Roberto Cabaleiro Casal, Universidade de Vigo, Espanha
Rui Bertuzi Silva, ISCAP, Portugal
Rute Abreu, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Salvador Marin, Universidade de Murcia, Espanha
Sandro Brunelli, University Roma Tor Vergata, Itália
Sara Moggi, Universidade de Verona, Itália
Sérgio Pontes, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Simoni Pizzi, Universidade de Salento, Itália
Sónia Monteiro, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Sónia Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Susana Bastos, ISCAP, Portugal
Susana Jorge, Universidade de Coimbra, Portugal
Susana Rua, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Susana Silva, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Tarek Rana, RMIT, Austrália
Tjerk Budding, Vrije Universidade de Amsterdam (VU Amsterdam), Países Baixos
Verónica Ribeiro, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Vesna Vašiček, Universidade de Zagreb, Croácia
Victor Simões, CECP-OCC, Portugal